

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
INSTITUTO DE HUMANIDADES, CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO E
CRIATIVIDADE
CURSO DE HISTÓRIA

Jhony Quadros Joner

**A DOR DOS OLHOS DOS OUTROS: A AIDS NO *JORNAL DO BRASIL* DE
JUNHO DE 1983 A JULHO DE 1985**

Passo Fundo/RS

2023

Jhony Quadros Joner

**A DOR DOS OLHOS DOS OUTROS: A AIDS NO *JORNAL DO BRASIL* DE JUNHO DE
1983 A JULHO DE 1985**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado ao Instituto de Humanidades, Ciências,
Educação e Criatividade da Universidade de Passo
Fundo como requisito parcial para a obtenção do título
de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jacqueline Ahlert

Passo Fundo/RS

2023

DEDICATÓRIA

A todos que viveram com aids no passado, que encarando também a “dor dos olhos dos outros” em uma ação de resistência e de sobrevivência, afirmaram-se vivos. Nas palavras de S. “se não tiver nada, vou lutar contra os que me difamaram e, se tiver alguma coisa, lutarei para sobreviver” (*JORNAL DO BRASIL*, n 104, 21.07.1985, p 21).

AGRADECIMENTOS

Aos amigos, familiares e colegas pelo apoio, suporte e incentivo ao longo da graduação.

Agradecimento especial à professora Jacqueline Ahlert que orientou a pesquisa neste trabalho de conclusão de curso.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE SIGLAS	6
INTRODUÇÃO	7
1. CONTEXTUALIZAÇÃO: POLÍTICA, SAÚDE E MORALIDADE	9
1.1 BRASIL DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA	10
1.2 POLÍTICAS DE SAÚDE	11
1.3 MORALIDADE SEXUAL NA DITADURA	16
2. O JORNAL: A HISTÓRIA E O TRATAMENTO DA FONTE	22
2.1 O JORNAL DO BRASIL	22
2.2 HISTÓRIA E IMPRENSA	29
2.3 O JB COMO FONTE HISTÓRICA	31
2.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO	36
3. ESTUDO DAS FONTES	40
3.1 MORALIDADE E SEXUALIDADE	41
3.1.1 O “CÂNCER-GAY”	42
3.1.2 DIVERGÊNCIAS QUANTO A ATENÇÃO DADA À AIDS	45
3.1.3 MULHERES, GAYS E A PROMISCUIDADE	49
3.1.4 A EXPOSIÇÃO PÚBLICA	55
3.1.5 A PREVENÇÃO DA INFECÇÃO	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
FONTES	66
REFERÊNCIAS	68

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa do Jornal do Brasil 5 dias antes do fim do Governo Figueiredo.....	9
Figura 2. Prédio do Jornal do Brasil na Avenida Central	24
Figura 3 Linha do tempo da aids no Brasil até 1999	33
Figura 4. O E. de São Paulo de 26 de junho de 1983	34
Figura 5. Publicação na Revista Veja em 15 de junho de 1983	34
Figura 6. Destaque dado na diagramação à publicação do caso de aids em criança	54

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

JB – Jornal do Brasil

RJ – Rio de Janeiro

UnB – Universidade de Brasília

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Nacional

POLOP - Organização Revolucionária Marxista - Política Operária

RNA – Ácido Ribonucleico

INTRODUÇÃO

Os veículos de mídia, e dentre eles os jornais impressos, por característica vinculam-se a temporalidade e a sociedade que os produziu, sendo, por isto mesmo, um meio pelo qual se pode ler estes agentes produtores. Estando imersos em suas realidades, imprimem em suas páginas aquilo que estava em pauta para seus consumidores e seus editores. Nos anos 1980, a identificação de uma nova doença nos Estados Unidos e Europa, e que gradativamente se espalhava pelo globo, começou a ganhar espaço no interesse público e, com isso, entre as páginas de jornal, e neste caso do *Jornal do Brasil*.

A doença é hoje conhecida pela sigla AIDS¹, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo vírus HIV, vírus da imunodeficiência humana. A doença quando descoberta foi associada a sexualidade, recobrando moralidades presentes na sociedade e, com isto, carregando o vírus - para além de seu RNA - de estigmas que acompanham os olhares sobre as pessoas com HIV ou com aids até o tempo presente.

Rubem Alves em sua crônica “Aids” afirma que para além da dor da própria doença, o paciente encarava também a “dor dos olhos dos outros”², ou seja, é uma dor que vem da forma como os não doentes olham para aqueles que vivem com a doença. Com esta perspectiva, torna-se relevante compreender de que maneira este olhar do outro sobre a doença e as pessoas que vivem com ela teve sua formação. Um meio para se entender este processo é o estudo das mídias, no caso do presente estudo, o *Jornal do Brasil*. Para tanto este trabalho se propõe a analisar as representações acerca da aids grafadas no periódico. Na perspectiva de observar como estas representações foram publicadas, observou-se a temporalidade dos primeiros casos no Brasil, especificamente após a primeira morte de um brasileiro em decorrência da aids, que foi a do estilista Markito em 04.06.1983. Cabe ressaltar que foi justamente depois deste óbito que o jornal dedicou textos sobre a aids, dado percebido uma vez que foi a partir de então que o mecanismo de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional logrou encontrar as primeiras publicações com referência ao tema, permitindo construir um recorte temporal abrangendo as publicações de junho de 1983 a julho de 1985.

¹ Excepcionalmente neste caso o trabalho trata do termo aids em letras maiúsculas porque se está escrevendo e especificando o significado da sigla. No decorrer do trabalho se optou pela utilização da palavra escrita em letras minúsculas pela compreensão de que há uma substantivação da sigla, em que o termo se torna sinônimo da doença (NETO, 2014, p 43), portanto, o termo será tratado de outra maneira apenas quando para se referir a uma fonte, respeitando a maneira como ela trata o termo, ou quando se está referindo especificamente a sigla como neste caso.

² ALVES, Rubem. *O retorno e Terno: crônicas*. Campinas: Papirus, 1995, p 125-127.

Para tal estruturou-se o presente trabalho em três capítulos. No primeiro se recorre a uma contextualização geral do período, de modo a poder localizar onde historicamente as problemáticas da aids em estudo inserem-se, percebendo o ambiente político, econômico, o debate de saúde pública e aspectos de moralidade.

O segundo capítulo trata de discutir o jornal como fonte e em específico o *Jornal do Brasil*, dando atenção a sua História, bem como ao próprio uso da imprensa em pesquisas do campo da História, as representações da aids em jornal nos anos 1980 e elementos metodológicos da análise de conteúdo que apoiaram a presente pesquisa no estudo das fontes.

O terceiro dedica-se às publicações do jornal que no período tratam da aids, trazendo num primeiro momento sua própria descrição e posteriormente uma análise sobre o conteúdo naquele texto considerando a construção de uma categoria de análise abrangendo a moralidade e sexualidade. A categoria permite atingir os objetivos específicos da pesquisa em analisar as aproximações feitas da doença com a sexualidade e a moralidade, bem como estudar a imagem das pessoas com aids construídas no conteúdo do jornal. Parta este caminho analítico foi escolhido como referencial o que pesquisadores como Susan Sotag *A doença como metáfora*³, Adílio Neto em *Nós e o que falavam de nós*⁴ e Mary Spink em *A construção da aids-notícia*⁵ escreveram sobre a aids, além de trabalho recente que tratou de uma doença na história como o trabalho de Heloísa Starling e Lilia Schuarcz em *A Bailarina da Morte*⁶ sobre a gripe espanhola no Brasil.

Inicialmente a pesquisa havia proposto outras categorias, abrangendo com isso outros aspectos nelas percebidos, pensando em tratar de forma específica as que trouxessem reportes sobre avanços científicos, vinculação da doença com o estrangeiro e as notícias vindas de fora do país. No entanto, no decorrer da pesquisa, pela grande quantidade de publicações observadas no recorte temporal, optou-se por centrar-se em uma única categoria de análise reduzindo então os objetos em estudo. Sendo assim, trabalhou-se com um corpo documental de 28 publicações no JB, sendo 27 com relação específica à aids e 1 quando se trata do contexto político.

³ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

⁴ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

⁵ SPINK, Mary. et al. A construção da aids-notícia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jul-ago 2001.

⁶ SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO: POLÍTICA, SAÚDE E MORALIDADE

Os historiadores tendem a “fatiar a temporalidade” em suas análises sobre o passado, desta maneira dividiram a História de uma Pré-História, e os franceses, a Modernidade da Contemporaneidade. Contudo, o tempo não se divide se não para facilitar o ofício analítico e sistematizador do historiador, e se bem há marcos que identificam essa divisão temporal, como a Revolução Francesa de 1789, este mesmo divisor pode ser visto como um período de transição, e neste caso de em específico de uma transição política, econômica e social. A temporalidade que este texto analisa, tem a década de 80 do século XX no Brasil, em específico dos meses 06/1983 a 07/1985⁷, também marcada por um período de transição política, com um lento ocaso da ditadura civil-militar e a alvorada de um primeiro governo civil depois de duas décadas de governos militares. Esse processo tem um ponto de inflexão relevante em 1985 com o fim do Governo Figueiredo (1979-1985) e início do Governo Sarney (1985-1990), inaugurando um período na política nacional referido pelo Jornal do Brasil (JB), como “Nova República”⁸. Na capa abaixo⁹, é possível identificar nas manchetes um duplo sentimento entre as expectativas positivas de empresários percebidas em um encontro, frente a dura realidade econômica do país.

Figura 1. Capa do *Jornal do Brasil* 5 dias antes do fim do Governo Figueiredo



Fonte: Jornal do Brasil, 10.03.1985.

⁷ O recorte temporal da pesquisa estendeu-se em um mês, de modo que não abrange um período fechado de dois anos. A extensão de junho para julho de 1985, justifica-se devido a identificação de publicações relevantes para esta pesquisa e que foram publicadas no referido mês. De modo que o alargamento temporal tornou-se uma opção relevante para o desenvolvimento melhor qualificado da pesquisa.

⁸ Tancredo avisa ao ministério: é proibido gastar mais em 3 meses. *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, n 340, 18.03.1985, capa.

⁹ *JORNAL DO BRASIL*, Rio de Janeiro, n 332, 10.03.1985, capa.

Sendo assim, o presente capítulo apresenta aspectos da contextualização política, do ambiente social, da tensão entre os projetos de redemocratização e suas relações com a cultura e a vinculação deste cenário às políticas de saúde, dando uma perspectiva histórica sobre como o estado brasileiro pensou a saúde pública no século XX, objetivando uma visão ampla sobre o momento em que se insere a temática da aids.

1.1 BRASIL DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA

A democracia no Brasil pós ditadura (1964 - 1985) é retomada vagarosamente, o que na visão do próprio Regime Militar deveria ser, como afirmou o Presidente Geisel (1974 - 1979): lenta, segura e gradual¹⁰. Este período de abertura, ou em outros termos, de distensão, tornou possível que grandes manifestações populares voltassem a tomar as ruas do país. "Ao contrário dos anos 70, quando a rearticulação dos movimentos sociais teve um caráter de resistência e se realizou quase clandestinamente, hoje ela é aberta e vem se adaptando às estruturas institucionais de representação, como os partidos"¹¹. A lei 6767 de 1979 permitiu o retorno pluripartidarismo, um espaço legal para discussões políticas, sobretudo após a revogação do AI-5 (Ato Institucional nº 5), como último ato do Presidente Geisel¹². Este processo lento de distensão foi "empurrado" pelo enfraquecimento do regime e pelos avanços da oposição que vinham se fortalecendo inclusive nas urnas, como em 1974¹³. As campanhas pelo voto direto para Presidência da República reuniram milhões por todo o país, as demandas por melhores condições de trabalho levaram a grandes greves a partir de 1979, como não se via desde o AI-5, e estas são demonstrações das pressões que tentavam fazer a abertura política do país.

Embora a Campanha das "Diretas Já!" (1984- - 1985) tenha se tornado manifestações de massa, a emenda que faria uma eleição presidencial direta não foi aprovada pelo Congresso

¹⁰ FERREIRA, J. O Presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In. FERREIRA, J. DELGADO, L. *O tempo da nova república: da transição democrática a crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 29.

¹¹ RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992, p 58.

¹² FERREIRA, J. *O Presidente acidental: José Sarney e a transição democrática*. In. FERREIRA, J. DELGADO, L. *O tempo da nova república: da transição democrática a crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 31.

¹³ *Ibidem*, p 30.

Nacional. Sendo assim, por voto dos congressistas, Tancredo Neves e José Sarney são eleitos Presidente e Vice-presidente, respectivamente. No entanto, Tancredo um dia antes da posse vai ao Hospital de Base de Brasília por dores, e após 39 dias e 7 cirurgias¹⁴ o primeiro civil eleito em 21 anos morre e o presidente empossado é Sarney, que governou o país por 5 anos. No campo econômico, o crescimento com concentração de renda durante o Governo Militar, mantinha o país desigual, ademais índices como o da inflação atingiram em 1984 a casa dos 223,8%¹⁵. Esta situação levou a uma sucessão de planos econômicos durante a década para tentar estabilizar a economia. É também neste período que o país convocou uma Assembleia Nacional Constituinte, que em 1988 tem seu texto promulgado, garantindo em seu artigo 196 o acesso universal a um sistema público de Saúde. Estes dois elementos, a preocupação com a inflação alta e a constituinte são citadas em publicação do JB como temas de Reunião de Sarney com o ministério¹⁶, que na ocasião transmitia mensagens de Tancredo, o que enfatiza a importância dada a estes temas no período de transição bem como para o novo governo, o da “Nova República”.

1.2 POLÍTICAS DE SAÚDE

As políticas de Saúde no Brasil, em especial fazendo o recorte ao período republicano tiveram diferentes matizes, conforme o regime se estabeleceu e passou por transformações, a política sanitária foi igualmente passando por mudanças. Durante a Primeira República a política sanitária do país pode ser definida como campanhista¹⁷, focada em campanhas de combate a doenças endêmicas e pandêmicas sobretudo no espaço urbano¹⁸. Neste contexto é que Oswaldo Cruz (1872 - 1917)¹⁹ ganha destaque no debate público. São também estas

¹⁴ MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Tancredo morre após longa agonia. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/tancredo-morre-apos-longa-agonia>>. Acesso em: 05.07.2023.

¹⁵ RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992, p 43.

¹⁶ Tancredo avisa ao ministério: é proibido gastar mais em 3 meses. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, 18 de março de 1985, capa.

¹⁷ Conforme escreve Madel Luz na Revista *Physis*, o termo campanhista caracteriza a política de saúde do período justamente por seu caráter bélico, concentrando decisões em geral tecnocráticas, e repressivas de intervenção médica sobre os corpos.

¹⁸ LUZ, Madel. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” – anos 80. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. I, Número I, 1991, p 78.

¹⁹ Oswaldo Cruz foi um importante médico e pesquisador brasileiro. Nasceu em São Luís do Piraitinga (SP), formou-se em medicina na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1892), já em Paris na França dedicou-se a microbiologia, soroterapia e imunologia no instituto Pasteur e medicina legal no Instituto de Toxicologia. No Brasil recebe notoriedade por seus projetos de enfrentamento à Febre amarela e a varíola.

campanhas como as de vacinação, com matriz autoritária, que tiveram reação, como com a “Revolta da Vacina”²⁰. Muito embora se identifique essa centralidade em campanhas para combater uma determinada doença, o país já demonstrava estar sem preparação para trabalhar com o avanço de uma nova epidemia, como se pode ver com a gripe espanhola (1918).

Além do mais, nenhuma estratégia de combate à moléstia foi montada para socorrer a população. E eram muitas as deficiências vigentes nas estruturas sanitárias e de saúde nacionais, que ficaram ainda mais evidentes no período pandêmico, a começar pela administração sanitária, a qual, logo que a doença chegou, se revelou inepta. Depois dela, entraram em colapso as instituições de saúde. Mas isso não foi novidade. Já fazia parte do conhecimento público a precariedade com que estas funcionavam: faltava pessoal preparado, leitos e material hospitalar.²¹

Tem-se aqui a descrição do despreparo das autoridades para responder ao crescimento da pandemia de Gripe Espanhola no Brasil em 1918. Como escrevem Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, no Rio de Janeiro apenas após quinze dias do desembarque da doença as autoridades a admitem e tomam medidas de assistência domiciliar e socorro público²². Obviamente uma epidemia não é algo que marca agenda, mas a inexistência de uma estratégia para combater a moléstia que já estava em outros lugares do mundo, é uma demonstração da inexistência de um protocolo ou preparação do estado para a possibilidade de algum risco epidêmico. Portanto, percebe-se uma incoerência, notadamente se a política de saúde da Primeira República estava centrada nas campanhas a doenças endêmicas e epidêmicas, a estrutura de saúde não conseguiu atender a contento os pacientes da espanhola em 1918.

Já com o fim da Primeira República na tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930, nos seus 15 primeiros anos de governo, pode-se notar mudanças na política de Saúde, em especial com sua associação aos recentemente criados Institutos ou Caixas de Previdência e Pensões. Estas novas instituições atendiam às demandas de saúde dos trabalhadores devidamente segurados por previdências. Os que estavam fora do campo formal de trabalho e, com isso, descobertos da assistência médica dos institutos de previdência, ficavam sob o “guarda-chuva” da saúde pública, que deveria atuar privilegiando as doenças infectocontagiosas, que atingiam a totalidade da comunidade nacional e não grupos

²⁰ SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p 146.

²¹ *Ibidem*, p 64.

²² *Ibidem*, p 134.

específicos²³, é uma política voltada a uma clientela ampla e com interesse difuso. Enquanto a assistência médica previdenciária estava em uma estrutura corporativa, vinculada a sindicatos, a categorias profissionais reconhecidas pelo poder público²⁴.

A década de 20 assistiu a gênese de um sistema previdenciário que ganhará contornos mais definidos no pós-30 e será uma das políticas-chave no estabelecimento das relações entre o Estado varguista e os trabalhadores. Esse sistema previdenciário, vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), fornecerá serviços de assistência médica aos trabalhadores e ele associados independentemente das políticas e das estruturas do Ministério da Educação e Saúde Pública.²⁵

Essa política estabelecida durante o Governo Vargas (1930 – 1945) está dentro da perspectiva governamental de sua própria relação para com os trabalhadores. Tal organização da saúde é destacada desta maneira que foi escrita na Constituição do Estado Novo de 1937, em seu artigo 137º, determinando que a legislação do trabalho observará o preceito da assistência médica e higiênica aos trabalhadores²⁶. Ao fim do Governo Vargas, estes modelos de saúde seguiram vigentes, o previdenciário e o campanhista. Este segundo mais voltado a programas específicos de combates a doenças, predominantes nos órgãos de saúde do Ministério de Educação e Saúde Pública. No entanto, ambos os sistemas estavam burocratizados e ineficientes diante das demandas de saúde, o que levou na década de 1960, juntamente a crescente de reclames de movimentos sociais, a uma pauta de reformas de base também na saúde pública, no entanto o golpe civil-militar em março de 1964 impede o avanço destas reformas²⁷.

Para responder as demandas do setor da saúde, durante os governos militares, sobretudo durante o período do chamado milagre econômico, aumentou-se o financiamento público. Essa ampliação é percebida, por exemplo, em 1974, com a desburocratização do sistema de emergências e a incorporação das Secretarias de Saúde e dos Hospitais Universitários no

²³ HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Política de Saúde pública e previdência, 1937-1945. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999, p 84.

²⁴ *Ibidem*, p 91.

²⁵ *Ibidem*, p 74.

²⁶ Cabe destacar que este mesmo artigo deixou de vigorar em 31 de agosto de 1942 com a publicação do decreto 10.358 que Declarou Estado de Guerra em todo o território nacional no contexto da II Guerra Mundial, não ficou claro na pesquisa, no entanto, o porquê o artigo foi incluído no decreto de Estado de Guerra.

²⁷ LUZ, Madel. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” – anos 80. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. I, Número I, 1991, p 80.

sistema previdenciário²⁸ aumentando a cobertura, inclusive a que não estava sob um regime de previdência. Este aumento do financiamento alcançou 30% do orçamento da Previdência Social entre 1975-1978²⁹. Há com isso uma ampliação dos serviços privados, e dos serviços médicos. Um exemplo do crescimento é o de internações em leitos hospitalares que passou de 2.802.051 em 1970 (3,01 por 100 hab.), para 12.071.162 em 1983 (9,58 por 100 hab.)³⁰.

Esse incremento na cobertura, produzido com o crescimento dos gastos se faz possível num cenário positivo da economia, mas quando a economia entra em declínio as fontes do financiamento da previdência, ou seja, as próprias contribuições dos trabalhadores, bem como os aportes governamentais, igualmente decaem. No entanto, a cobertura de saúde continua alta e demandando ainda de financiamento para seguir com os mesmos serviços prestados quando da ampliação, financiamento que diante de uma crise fica dificultado.

A transformação da crise em agenda pública estava em parte relacionada com os efeitos da crise econômica que provocou uma queda do PIB de -4,4% em 1980, uma expansão de apenas 0,6% em 1981 e depois uma nova retração de -3,4% em 1982. Como o fundo previdenciário era dependente direto da taxa de emprego, essa crise conjuntural afetaria, de imediato e duramente, a capacidade de arrecadação do sistema.³¹

Essa crise já nos finais dos anos 1970 e início do 80, diante da queda no financiamento de saúde, reacendeu debates sobre reformas no sistema de saúde em temas como descentralização e o reconhecimento da saúde como um direito³². Esses debates podem em alguma medida ser percebidos nos relatórios da VII e da VIII Conferências Nacionais de Saúde. A VII ocorreu em 1980 sob o Governo Figueiredo, e no texto de conclusão dos anais da conferência é possível perceber algo deste debate, quando destaca a necessidade de uma maior articulação entre os entes federados e os órgãos do governo central, mas não sem antes afirmar a liderança do Ministério da Saúde sobre o Sistema Nacional de Saúde:

Consenso de que as ações do programa devem ser desenvolvidas sob a coordenação geral do Ministério da Saúde, pelas secretarias de saúde dos estados e municípios em estreita articulação e com a participação não só do Ministério da Previdência e

²⁸ COSTA, Nilson. Inovação Política, Distributivismo e Crise: a política de saúde nos anos 80 e 90. *Dados Revista de Ciências Sociais*, outubro/1998.

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Idem.

³² LUZ, Madel. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” – anos 80. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. I, Número I, 1991, p 83.

Assistência Social como também dos demais ministérios que compõem o Conselho de Desenvolvimento Social.³³

No texto introdutório das conclusões da Conferência o mesmo relatório afirmou a não participação dos usuários do sistema de saúde na Conferência. O que teria ocorrido por “motivos circunstanciais”, e no seu último ponto afirmou que “será importante sua participação nas instâncias decisórias do sistema”. O próprio General Presidente Figueiredo, em seu discurso na abertura, disse que resultados duradouros só viriam com a participação da comunidade interessada e que o governo deveria empenhar-se em melhorar o espírito solidário e cooperativo entre as aglomerações sociais³⁴. No entanto, as comunidades interessadas e as aglomerações sociais participantes da Conferência, como frisado, não são os grupos usuários do sistema. Cabe lembrar que é o Brasil em transição lenta, segura e gradual, o que talvez tenha sido a circunstância para a não participação dos usuários na Conferência; poderia ser demasiada democracia para 1980. Ou mesmo falta de financiamento para incentivar movimentos populares com usuários do sistema a integrarem-se no debate. Ainda assim, estes dois pontos indicam debates importantes e que são percebidos ao longo da década de 1980 na construção do Sistema Único de Saúde (SUS), e nos espaços dados pela abertura democrática, com um sistema descentralizado como fica normatizado no artigo 198 da Constituição de 1988 e nas regras de controle social com os Conselhos e Conferências de Saúde conforme Lei 8142 de 1990.

Já em 1986, desta vez sem um general na presidência, a VIII Conferência Nacional de Saúde, produziu um relatório que em seu tema de nº 2 Reformulação do Sistema Nacional de Saúde, produziu um amplo material sobre os debates de reformas de saúde. Dentre os temas constaram: a destinação de uma estrutura ministerial única para o Sistema de Saúde, desvinculando da Previdência Social; ampliação da Saúde Pública sobre a privada; descentralização da gestão e regionalização da prestação de serviço; universalização da cobertura; atribuição dos entes federados³⁵. Estes debates, tanto da VII quanto da VIII conferências são “espelho” para perceber a ampliação da participação popular no debate público de saúde na primeira metade da década de 1980. Este foi para além de um período de transição democrática, também de transição na política de saúde, com a construção dos debates públicos

³³ BRASIL. Anais da VII Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1980. P.217. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_7.pdf. Acesso em 26.03.2023.

³⁴ Ibidem, p 15.

³⁵ BRASIL. Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986, Brasília. P 10. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf. Acesso em 26.03.2023.

que levaram ao reconhecimento da Saúde como um direito de todos e um dever do Estado, pela Constituição de 1988³⁶ em seu artigo 196 e a construção do Sistema Único de Saúde. Esta formulação constitucional e de luta da saúde pública permitiu na década de 1990, quando tratamentos mais eficazes com a combinação de antirretrovirais foram atestados, que o SUS pela lei 9.313 de 1996, fornecesse gratuitamente os medicamentos às pessoas que viviam com aids ou com o vírus HIV.

1.3 MORALIDADE SEXUAL NA DITADURA

Dentro deste contexto nacional de transição política, crises econômicas e nova legislação sobre a saúde pública, a sociedade também enfrentou uma doença nova. A aids, síndrome da imunodeficiência adquirida, que foi catalogada e percebida como uma ameaça social, em especial aos homossexuais e hemofílicos, pacientes mais recorrentes nos primeiros anos. Como versou Cazuzza “o meu prazer / agora é um risco de vida / o meu *sex and drugs* / não tem mais nenhum *rock and roll*” (CAZUZA, Ideologia, 1988). Estes versos são um reflexo de como a doença era encarada, uma ameaça na vida das pessoas. Ameaça que transforma o prazer em um risco, a ponto de fazer o slogan de uma geração “*Sex, drugs and rock and roll*” ser rompido nos versos do cantor.

Durante o século XX, com o crescimento das populações urbanas³⁷, em especial nos grandes centros, se firma uma subcultura homossexual nas cidades, que para além disso, passa a organizar-se enquanto grupo social, e expressões como *Gay Power* importadas e levantadas por grupos de homossexuais já ao final da ditadura, passam a fazer parte do cenário urbano do país³⁸. Muitas organizações se reuniram em São Paulo as portas de 1980, no Primeiro Encontro Nacional de Grupos Homossexuais Organizados³⁹. Contudo, a aids passou a afetar fortemente a comunidade homossexual e as liberdades sexuais construídas ao longo destas décadas, o

³⁶ BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 26.03.2023.

³⁷ RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992, p 54.

³⁸ Em *Além do Carnaval* de James Green percebe-se a formação de uma subcultura homossexual nos principais centros urbanos do país durante o século XX, o que é percebido pela identificação de lugares de socialização e encontros, formulação de uma identidade, e criação de grupos organizados.

³⁹ GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed Unesp, 2019, 444.

prazer passou a ser um “risco de vida”. Por mais que o sexo entre homens não seja uma condicionante para a transmissão viral, a homossexualidade e a aids foram relacionadas em constância na mesma frase, justificadas pela maior incidência, nos primeiros anos, dos casos diagnosticados justamente entre homens gays mas, sobretudo, atendendo a um discurso conservador já presente na sociedade⁴⁰. Na década de 1980, a doença com alta letalidade se espalhou pelo globo, ainda sem se ter de início clareza quanto ao que causava a doença, qual seria a profilaxia correta e como se dava a transmissão.

A ditadura civil-militar iniciada em 1964 foi uma resposta reacionária aos movimentos sociais⁴¹ que se manifestavam na sociedade brasileira pedindo por reformas de base. O golpe teve amparo em um discurso anticomunista e conservador. Ao que se refere Napolitano, percebendo que havia um discurso do Brasil como um “último baluarte do ocidente”⁴², e as reformas seriam a porta de entrada para o totalitarismo comunista, cabendo ao Estado defender os valores “cristãos e ocidentais”⁴³. Esta postura reacionária do regime, pode ser compreendida frente aos passos dados por movimentos populares, como as manifestações políticas por reformas, mas também ressoa no campo da moral sexual, respondendo a um o contexto global que indicava maior desinibição e liberdade sexual como novos comportamentos da juventude⁴⁴. Tudo isso neste mesmo ocidente ao qual se queria um Brasil “baluarte”. Todas estas questões são encorpadas pela conjuntura bipolar das nações, reunidas em torno aos blocos comunista e capitalista em constante tensão entre si. Considerável, também, que a partir da década de 1960, com a Revolução Cubana o bloco capitalista voltou especial atenção à América Latina. Era então o subcontinente, e o Brasil nele, uma espacialidade também incluída na disputa da denominada Guerra Fria.

⁴⁰ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 68.

⁴¹ NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 86.

⁴² A intitulação do Brasil como “Baluarte do Ocidente” não é analisada no texto de Napolitano. Mas ao que parece é mais uma referência ao alinhamento do país com o que seriam valores ocidentais, de um povo alinhando a Europa e Estados Unidos, ademais de moral e religiosamente cristão. E por consequência distante de um comunismo oriental, ateu e moralmente duvidoso.

⁴³ NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. P. 53-54.

⁴⁴ BRITO, Antônio. A subversão pelo sexo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n72, p 859 – 888, set/dez 2020. P. 863.

Estes elementos do contexto da ditadura, segundo Brito, são associados. Sendo estes comportamentos de liberdade sexual conjugados ao comunismo pela narrativa anticomunista em voga.

Em dezembro (1968) foi baixado o Ato Institucional no. 5 (AI-5). Dias depois, houve a invasão do Conjunto Residencial da Universidade do Estado de São Paulo (CRUSP). O relatório policial informa que foram encontrados rifles, livros subversivos, coquetéis molotov, preservativos e pílulas anticoncepcionais. Para as forças repressivas, as pílulas pareciam ser tão perigosas quanto os coquetéis (LANGLAND, 2008). A possibilidade de moças terem experiências sexuais mais autônomas destoava da noção de feminilidade naturalizada por esses sujeitos. Tido como um lugar de memória pelas forças repressivas, o CRUSP foi visto como “um verdadeiro Quartel General da subversão e corrupção dos costumes. Um grupo representando uma minoria (...) [para] doutrinar jovens, desencaminhar moças e subverter a ordem e o regime”.⁴⁵

A ditadura vinculou, portanto, a moral duvidosa aos seus inimigos comunistas. O inimigo era interno, ameaçava a ordem política e econômica com o comunismo internacional e a ordem moral e familiar com a moral sexual “duvidosa”. O regime enxergava justamente nas mudanças sociais que não considera apropriadas o seu inimigo, e estes inimigos foram buscados, no exemplo citado, também nas universidades públicas. Este anticomunismo moral sexual - afirma o autor - durante a ditadura teve componentes antifeministas e de reação às homossexualidades⁴⁶. Para além de uma característica dos inimigos comunistas, a sexualidade livre era, para o regime, uma estratégia para atrair os jovens. As células comunistas atraíam os jovens a um ambiente de permissividade sexual, com bacanais e homossexualidade, além de uso de drogas⁴⁷, mas com o objetivo de falar sobre política, e seduzir estes à sua causa⁴⁸. Era o Estado em uma imagem patriarcal preocupado com os corpos dos filhos, e ainda mais das filhas⁴⁹.

Estes discursos analisados por Brito, presentes entre lideranças do Regime iniciado em 1964, indicam a mentalidade dos partidários da ditadura. Constoi-se então, uma visão de embate para os grupos que tomaram o poder e deram apoio a ele, de que estariam estes grupos impedindo uma ameaça comunista, que era também uma ameaça aos valores morais ocidentais e cristãos, e por isto um perigo para as famílias. No entanto, para além desta mentalidade

⁴⁵ Ibidem, p. 865.

⁴⁶ Ibidem, p. 869.

⁴⁷ Ibidem, p. 867.

⁴⁸ Ibidem, p. 869.

⁴⁹ Ibidem, p. 872.

presente nos líderes do regime, o discurso pode não se ver refletido na realidade dos opositores a ele, tal qual as descrições. Para Green,

A homossexualidade, na década de 1960, ainda era considerada imoral e perversa, na sociedade em geral e na esquerda brasileira. Uma teia de ideias, originada de diversas fontes foi responsável por essa caracterização da sexualidade das pessoas do mesmo sexo. Seguindo perspectivas tradicionais compartilhadas pelo movimento comunista internacional, a homossexualidade era considerada produto da decadência da burguesia, que desapareceria após a queda do capitalismo e a decorrente instauração de uma sociedade socialista ou comunista. [...] Vera Lúcia Huebra, afiliada a Polop [Organização Revolucionária Marxista - Política Operária] desde 1966 e uma pessoa que conheceu bem Herbert, refletiu sobre como ele lidou com sua homossexualidade no contexto da esquerda brasileira. “Os homens [da organização] foram muito preconceituosos. Eu não sei como Herbert conseguiu transitar nesse meio [...] As pessoas eram muito rígidas e discriminadoras.”⁵⁰

Mais tarde no mesmo livro⁵¹ se tem citação do próprio Herbert⁵², afirmando que em seu tempo junto ao treinamento de guerrilha ele era um homossexual exilado, no sentido de que vivia apenas pela causa. Encarava este celibato como parte de seu comprometimento revolucionário. A contextualização feita sobre como os movimentos de esquerda encaravam a homossexualidade e o exemplo prático dado com a biografia de Herbert Daniel, em contraposição ao discurso do regime analisado anteriormente, trazem “à baila” que de fato a liberdade sexual, e a homossexualidade em específico, eram encaradas como um desvio moral, ou sinal da decadência. Isto não apenas por um grupo político, mas como um dado da realidade geral ao contexto da ditadura. A ditadura, como se vê no texto de Brito, reproduzira este discurso de combate a liberdades sexuais em defesa da família, ao mesmo tempo que ao longo das duas décadas de poder, vê uma maior mercantilização da sexualidade (porno-chanchadas e revistas como a *Playboy*)⁵³. Ao mesmo tempo, como afirma o autor, essa problemática precisa ser pensada na longa duração de um conservadorismo que não se reduz ao anticomunismo⁵⁴ mas que, como visto, estava presente em diferentes grupos da sociedade e perdurou no

⁵⁰ GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p 63-64.

⁵¹ GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p 142.

⁵² Herbert Daniel, foi um importante militante da esquerda brasileira na resistência ao Regime Militar, tendo integrado diferentes organizações de esquerda, inclusive da luta armada. Herbert também esteve, quando retornou do exílio e se descobriu com aids, a frente de debates sobre questões das pessoas com aids.

⁵³ BRITO, Antônio. A subversão pelo sexo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n72, p 859 – 888, set/dez 2020, p. 881-882.

⁵⁴ *Ibidem*, p 881.

imaginário social conservador, que no momento específico da análise do autor, alia-se ao anticomunismo, mas não é reduzido a ele, é amplo temporal e socialmente.

Durante a Ditadura, pode-se pensar o combate ao comunismo como uma luta contra uma suposta ameaça a valores de uma determinada sociedade, que estaria ameaçada seja pela própria ideologia comunista, seja pelas estratégias que se imaginava que os comunistas usariam para difundir suas ideias e mesmo por sua “falta de valores morais”. A esta pesquisa o relevante é perceber que setores do Regime estavam preocupados com uma moral social, e com as ameaças a ela, mas que de maneira geral, a temática da sexualidade tem uma moral restrita não apenas dentro dos partidários do regime, mas como uma realidade da sociedade brasileira.

Os anos 1980 quando a doença passou a ser identificada no Brasil e publicada pelos veículos de mídia foi, portanto, marcada por um período de transição na estrutura política do país, de intensas manifestações populares por ampliação democrática que culminaram na distensão do regime militar, na eleição de um civil para a presidência (1985) e nas discussões para uma Constituinte (1988). No setor da saúde debates igualmente relevantes são propostos como vistos nas Conferências Nacionais de Saúde de número VII e VIII, onde debateu-se temas como a universalização, gratuidade e participação dos usuários no debate sobre saúde pública o que se inclui num contexto amplo que influenciou na criação do SUS com a constituição de 1988. Mas também é notável que o setor de saúde no Brasil, apesar de historicamente ter trabalhado com um carácter “campanhista” de combate a doenças endêmicas e epidêmicas, como febre amarela e varíola, não estivesse preparado para crescimento de outras doenças como a aids, no que houve também num primeiro momento a descrença no risco da doença, seguido pelo isolamento da doença em grupos de risco, como os homossexuais, e no caso do Brasil, de uma classe média que viajava para Estados Unidos e Europa.

Por outro lado, os homossexuais, grupo de risco no qual se identificou para quem a doença poderia ser um risco, também era um grupo que recebia críticas de carácter moral. A moralidade das lideranças da ditadura, como visto, produzia discurso sobre a homossexualidade como um risco para a moralidade do povo brasileiro e uma estratégia dos comunistas para corromper os jovens e conseqüentemente a sociedade. De outro lado, na oposição ao regime a preocupação estava toda no combate à ditadura e questões de sexualidade não pautavam o movimento. O que tornava o debate público por reconhecimento destas pessoas nos grupos políticos como algo raro, com exceção a isso estavam grupos organizados de homossexuais que

estavam presentes nas grandes cidades do país a exemplos do Grupo Somos em São Paulo, fundado em 1978 e o Grupo Gay da Bahia fundado em 1980.

O que pretende-se observar no próximo capítulo é como a mídia impressa, em específico o *Jornal do Brasil* pode se relacionar com o debate sobre as representações da aids. Para tanto faz-se necessário discorrer sobre o Jornal e sua relação com a história e como utilizá-lo para responder a esta problemática de pesquisa.

2. O JORNAL: A HISTÓRIA E O TRATAMENTO DA FONTE

Foi com a imprensa que a aids alcançou o conhecimento do grande público⁵⁵, este que acompanhou as notas enviadas sobre o avanço da doença em outros países e em seguida sua chegada ao Brasil. Por isso a pesquisa em um jornal com repercussão nacional como o *Jornal do Brasil* torna-se importante. O trabalho do historiador é marcado pela busca do passado nos vestígios que ele deixou e que permanecem no tempo em que o estudo é realizado. Estes vestígios, ou melhor dito - estas fontes, são o contato principal com o passado e dotadas de diversidade, desde documentos oficiais, produções artísticas e literárias, objetos, arquitetura e imagens, tudo o que foi produzido por uma sociedade no passado pode ser um meio para estudar esta mesma sociedade passada. É, contudo, relevante compreender cada fonte no lugar que ela própria ocupa, o presente estudo se utiliza de fontes jornalísticas do *Jornal do Brasil* (JB), em específico da primeira metade da década de 1980. E nestas fontes, nas publicações do referido jornal este trabalho pesquisará a publicação sobre a aids, analisando como a nova doença foi conhecida na narrativa jornalística pelos leitores. Para tanto, o presente capítulo discorre sobre a História do JB e o uso da imprensa escrita na pesquisa histórica.

2.1 O JORNAL DO BRASIL

O *Jornal do Brasil*, fundado no início da República (1891) por Rodolfo Epifânio de Souza Dantas, advogado e jornalista que havia exercido cargos de deputado em 1872 e de Ministro da Justiça do Império em 1882. Quando da sua fundação o veículo tem publicações oposição ao Presidente Deodoro da Fonseca, e trazia em suas edições textos de sujeitos de renome no período como de Joaquim Nabuco e o Barão do Rio Branco. Tornou-se um jornal de relevância nacional e , portanto, importante na formação de opinião dos grupos leitores no país todo. Mas o jornal estava baseado no Rio de Janeiro, e como analisa Ítala Maduell Vieira em seu artigo “A cidade no Jornal, o Jornal na cidade”⁵⁶, o JB se vinculava a estrutura da própria cidade, em que é possível atribuir significado a períodos dele conforme os endereços que ele ocupou no corpo da cidade. Desde sua primeira sede à rua Gonçalves Dias (1891 - 1910), rua

⁵⁵ HERZLICH, C. PIERRET, J. Uma Doença no Espaço Público: a aids em seis jornais franceses. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 15 (suplementar), 2005, p73.

⁵⁶ VIEIRA, Ítala. A cidade no Jornal, o Jornal na cidade: um mapeamento da influência dos endereços na história do Jornal do Brasil. *Revista ALCEU*, Rio de Janeiro, v 17, n 35, 2017.

estreita e movimentada do centro e, por isso mesmo, com grande trânsito de pessoas. No local se dispunha de um funcionário que coletava as reclamações de pessoas.⁵⁷ Citando Marialva Barbosa, Ítala Vieira afirma que eram leitores de jornal não apenas “os ricos industriais, os fazendeiros, os políticos, mas os trabalhadores, empregados do comércio, ambulantes, vendedores, militares de baixas patentes, funcionários públicos, mulheres, presidiários”; eram leitores habituais ou esporádicos de jornais⁵⁸, o que explica essa preocupação da redação com as reclamações de populares, e também traz uma perspectiva da ampla difusão da mídia no tecido social carioca.

Evidentemente há que se considerar que o público leitor eram as pessoas alfabetizadas, e que segundo dados censitários no Rio de Janeiro, o percentual de analfabetismo era de 77,2% em 1872, 66,8% em 1890 e de 53,4% em 1920⁵⁹. Mesmo com as altas taxas o Rio atingiu o melhor nível de alfabetização entre os estados brasileiros no Censo de 1920. Se por um lado identifica-se um público amplo para o veículo durante o período, há uma limitação em quem tinha a leitura como uma possibilidade, ou mesmo a compra do impresso. Contudo, a vinculação criada com a cidade é notável mesmo na edificação, como quando a sede passa para a Avenida Central (atual Rio Branco) em 1910 e uma sirene foi instalada no edifício, que soava a cada edição extra ou *Breaking News*, outro elemento de vinculação com o espaço da redação e tentativa de chamar atenção das pessoas que circulavam pelo centro. Nas suas primeiras décadas o jornal se associa a intitulação de “O Popularíssimo” e se vincula a camadas sociais mais amplas do Rio de Janeiro.

Em 1905 é aberta no Rio de Janeiro, em meio a reformas com remoção de casarões e dos pobres do centro da cidade, a chamada Avenida Central, hoje Avenida Rio Branco. Nessa nova avenida, símbolo de modernização da cidade, o JB constrói uma ampla nova sede, onde “O Popularíssimo” vai continuar suas publicações de 1910 a 1973.

É a este público das camadas populares que o jornal se dedicava, abrindo espaço para colunas como “Subúrbio” e “Os crimes de polícia” e notícias ligadas ao jogo do bicho, ao carnaval e denúncias, tendendo ao sensacionalismo, o que lhe rende a alcunha de “O Popularíssimo” pelos demais veículos. Num contexto de intensas transformações na capital da República, então vitrine do país, e contando com ampla popularidade, é

⁵⁷ Ibidem, p 80.

⁵⁸ Ibidem, p 79.

⁵⁹ FERRARO, Alceu. KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul/dez de 2004, p 179 – 200.

nesta avenida que o Jornal do Brasil iniciou em 1905 a construção de nova sede, adquirindo novos equipamentos de impressão.⁶⁰

Essa popularização pode ser entendida também como uma leitura de mercado por parte de um Jornal que com o título de “Popularíssimo” tentava expandir, estava então com um enorme novo edifício e novos maquinários na Avenida Central. Necessitava buscar por financiamento e ampliar o público leitor. Essa busca por novas fontes de arrecadação pode ser percebida quando em 1906 passa a imprimir capas repletas de classificados o que demonstra a busca por aumento de receitas. Como estratégia o JB vinculou-se a cidade do Rio e tentou buscar “os populares” que transitavam pelo centro.

Figura 2. *Prédio do Jornal do Brasil na Avenida Central*



Fonte: MALTA, 1915.⁶¹

⁶⁰ Ibidem, p 81.

⁶¹ Prédio do Jornal do Brasil. Estilos Arquitetônicos. Acesso em: 21.05.2023. Disponível em: <<https://www.estilosarquiteticos.com.br/predio-do-jornal-do-brasil/>>

Na década de 1950 o jornal passou por mudanças. Em artigo publicado por Letícia Matheus e Marialva Barbosa⁶² em que se analisa uma edição especial do centenário do JB em 1991, na qual se elabora uma narrativa acerca da trajetória do jornal, o período dos anos 1950 é visto como central. Seria o centro de processo de Reforma, de profissionalização, modernização e melhora do jornal e de seus processos, o que é associado a fase geral do país.

Andrade elenca no artigo os principais componentes desse processo de reforma: gradativa mudança gráfica, editorial e industrial, com a compra de novas rotativas, a criação de texto-legenda, uma seção exclusiva de esportes e de outra feminina, a mudança no projeto gráfico realizado pelo artista plástico Amílcar de Castro, a retirada de parte dos classificados da primeira página, restando apenas um “L” do canto superior esquerdo até o canto direito do rodapé, além da criação de um setor de pesquisa e do famoso Caderno B.⁶³

Estas mudanças estão dentro de um contexto de profissionalização do jornalismo e debates sobre o jornal. Foi também um período de otimismo com o país que construía rodovias e uma nova capital, isso se associa a uma leitura de crescimento da classe média como uma oportunidade para expandir os leitores. Aqui também está a criação, como citado, do caderno B, um espaço com uma redação própria e dedicado a temas culturais que estavam especialmente vinculado a sociedade carioca. O *Jornal do Brasil*, que abriu espaço para publicações de intelectuais como os membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) quando passou em 1919 para a propriedade de Ernesto Pereira Alves⁶⁴, nos 1950 dedicou novamente um espaço para a cultura. Mas o importante é perceber que neste processo se deram reformulações na publicação do jornal que passam pela diagramação mas atingem também a área comercial, e que de maneira ampla são estruturas que se tornam relevantes para o jornalismo.

Após a reforma, acercando-se ao fim do Governo Jango (1961-1964) e todo o ambiente de tensão existente no país entre o governo trabalhista (PTB) e os opositores que não concordavam com as propostas reformistas de Jango, quando os opositores civis e militares associaram-se para em 31 de março de 1964 golpear a democracia e tomar o poder, o jornal adotou uma linha editorial que defendeu a intervenção sobre o governo do Presidente. O *Jornal do Brasil* com uma caracterização “liberal” repreendia as “ideias radicais” que julgava ser

⁶² MATHEUS, Letícia. BARBOSA, Marialva. O Jornal do Brasil e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n 35, abr/2008.

⁶³ Ibidem, 114.

⁶⁴ VIEIRA, Ítala. A cidade no Jornal, o Jornal na cidade: um mapeamento da influência dos endereços na história do Jornal do Brasil. *Revista ALCEU*, Rio de Janeiro, v 17, n 35, 2017, p 82.

oriunda dos comunistas e trabalhavam conjuntamente com outros agentes das forças armadas e da sociedade civil, na desestabilização do governo de João Goulart⁶⁵. Conseqüentemente, quando da instauração da Ditadura, o editorial rendeu apoio às políticas dos primeiros governos militares, com poucas exceções.

...é pertinente destacar que a maioria dos jornais apoiou o golpe civil-militar de 1964. Na verdade, muitos setores da sociedade civil, estando entre estes a imprensa, reconheciam-se como parte da “revolução” — como chamaram o golpe, em um primeiro momento — e queriam influenciar em seus objetivos e direcionar seus rumos. Adicionalmente, fatores econômicos contribuíram para a cumplicidade entre a ditadura e os jornais, não sendo, [...] os militares financiaram muitas empresas de notícias, pois seus maiores anunciantes eram órgãos do Estado.⁶⁶

Muitos membros da sociedade civil, assim como veículos de imprensa sentiam-se parte do processo que chamavam “revolução” e, portanto, sentiam-se com direito a participar, a interferir. Com o andar da instituição dos governos militares criticaram o centralismo, mas seguiram por muito tempo com o governo, aumentando descontentamentos. Como pontua Ian Alves, o descontentamento inicia quando percebem que o intento inicial de moralização da política já não estava mais com o regime, o que se notou já para os fins dos anos 1970⁶⁷. O panorama mudou, ao menos mais evidentemente, a partir do governo Geisel (1974-1979), quando por uma reafirmação de “liberalismo”, as críticas ao regime passaram a se intensificar, mas também porque diante do processo de distensão, em especial com a revogação do Ato Institucional 5 (AI-5) em 1978, as críticas começaram progressivamente a poder ser divulgadas, expostas.

Sobre esses espaços de críticas ao regime que o JB começou a produzir, afirma Ian Pereira Alves que o Jornal tece “críticas pontuais, driblando a censura através do trabalho dos chargistas, mesmo após o AI-5. Contudo, por seu caráter fragmentado e casual, tal oposição não deve ser sobrevalorizada”⁶⁸ uma vez que se essa oposição existe, ela é pontual. Uma evidência dessa crítica pontual que é publicada, e essa ainda sob vigência do AI-5, é o projeto do Jornal da Poesia, um caderno especial do JB publicado em 1974 estudado por Monique Silva

⁶⁵ ALVES, Ian. Redemocratização e Imprensa no Brasil Contemporâneo: a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil no final do regime militar. *Caderno de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, vol 2, dez/2019, p 141 – 142.

⁶⁶ Ibidem, p 141.

⁶⁷ Ibidem, p 148.

⁶⁸ Ibidem, p 143.

de Araújo⁶⁹. Nas poucas edições que teve durante o ano o caderno reunia poesias de diversos autores e inclusive poesias que criticavam o regime. No estudo é possível perceber como havia, na mesma edição do jornal, dualidade. Enquanto ainda sobre o chamado “milagre econômico” os espaços sobre política e economia posicionavam-se ao lado das iniciativas do regime, no Caderno de Poesia a letra com métrica e rima criticava a Ditadura. A produção especial do JB é um exemplo de como a arte resistiu ao regime autoritário por suas brechas, inclusive em espaços conservadores e pró-governo como JB em 1974. Esta tensão existente, conclui a autora, teria deixado o Jornal da Poesia com uma curta duração, e levado jornalistas que trabalhavam com o caderno ao desligamento do JB. Com isto, é relevante perceber o jornal como um espaço de polifonia, em que a tensão existente na sociedade, as diferentes opiniões e debates públicos, também se refletem em suas páginas.

No adentrar a década de 1980 o jornal então posicionou-se a favor de uma abertura política, imprimindo reportagens como a denúncia acerca da tentativa de vincular o atentado no Rio Centro em 1981 a grupos de esquerda, o que rendeu um Prêmio Esso⁷⁰ ao jornal. Apesar disso, não se colocaram pró “Diretas Já” com clareza. No primeiro governo civil, o de Sarney (1980 - 1985), o jornal deu apoio às políticas econômicas e defendeu o parlamentarismo na constituinte (1988), analisando seu resultado após a promulgação como de elevada demagogia e utopia.⁷¹ Aprofundando o debate, Ian Alves estuda o período da redemocratização no JB e na Folha de São Paulo focalizando em alguns acontecimentos do processo de abertura política. Em 1977 o governo Geisel baixa o chamado “Pacote de Abril”, que dentre outras determinações fechou o Congresso Nacional e determinou que na eleição de 1978 1/3 dos senadores seria eleito por voto indireto, objetivando com isso que o governo tenha maior presença no legislativo, e que o ocorrido nas eleições anteriores com perda de cargos do partido do regime, a Arena (Aliança Renovadora Nacional), não se repita. Diante deste ato do General Presidente, claramente dentro do contexto de tensão da abertura, os editoriais do JB publicavam sobre o pacote como uma tentativa desesperada do grupo de apoiadores do governo em permanecer no

⁶⁹ ARAÚJO, Monique. Jornal do Brasil (JB) em controversos: destaque ao econômico e resistência poética durante o estado de exceção brasileiro. *Revista (Entre Parênteses)*, Alfenas, v 6, n 1, 2016.

⁷⁰ Considerado dos mais importantes prêmios de jornalismo do Brasil, a premiação patrocinada pela petroleira que dá seu nome ao prêmio foi criado em 1965 e mudou de nome para ExxonMobile em 2015, mesmo ano de seus 60 anos e no qual teve sua última edição.

⁷¹ FERREIRA, Marieta. MONTALVÃO, Sergio. Jornal do Brasil. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: 18/11/2021.

poder, e como uma medida negativa por dar seguimento a uma primazia do executivo sob o legislativo.

Quanto ao período da transição democrática, e medidas como o “Pacote de Abril”, pode-se identificar como questão central, elencada pelos editoriais, não a escolha de qual grupo conduziria a transição democrática, mas a forma e natureza da transição, se preocupavam com um equilíbrio entre os poderes constituídos.⁷² Neste posicionamento o autor nota um exemplo do posicionamento “liberal” do jornal.

Quando a campanha pelo Voto Direto (1983-1984), o jornal destaca o papel do Congresso em votar e determinar sobre a aprovação ou não da Emenda Dante de Oliveira⁷³ em 1984. Entendendo que tais decisões se tomam em um foro próprio que seria o Congresso, não nas ruas⁷⁴. O editorial do JB não era adepto a grandes movimentos populares de rua como as Diretas Já, mas defende decisões em estância da institucionalidade do legislativo. O que pode ser compreendido como a visão que o JB tinha para a própria abertura política e sobre o papel das esferas decisórias, vendo o legislativo com um papel decisório no processo dentro de uma ideia de democracia representativa liberal.

Desde o apoio ao Golpe de 1964, por parte da grande imprensa nacional, passando ao seu colaboracionismo durante os anos de chumbo da ditadura, até sua oposição mais direta ao regime a partir da década de 1970, todas essas atitudes devem ser compreendidas sob a perspectiva de que essas empresas jornalísticas possuem também a necessidade de se firmar para reivindicar seus objetivos próprios.

É com essa leitura feita por Ian Alves, que se pode pensar nessa História do *Jornal do Brasil* narrada aqui, seus posicionamentos e estratégias devem ser analisados dentro de seu contexto e pensando em como essas páginas também são frutos da tensão do tempo, das pessoas e do espaço que as escreveram, não deixando de considerar o jornal como uma empresa que produz produto consumível de comunicação e que, portanto, dará relevância a sua própria continuidade e lucratividade em uma estratégia de mercado.

⁷² ALVES, Ian. Redemocratização e Imprensa no Brasil Contemporâneo: a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil no final do regime militar. *Caderno de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, vol 2, dez/2019, p 147 – 148.

⁷³ A Emenda Dante de Oliveira, que leva o nome do deputado Pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) do Mato Grosso, propunha uma alteração na Constituição de 1967 para a realização de eleições diretas para Presidente e vice-presidente da República. A emenda foi apreciada no Congresso e rejeitada em 1984.

⁷⁴ *Ibidem*, p 149.

2.2 HISTÓRIA E IMPRENSA

Os jornais progressivamente no século XX passaram por um processo de profissionalização em suas redações e em sua organização como empresas. Importante ressaltar que estes veículos com objetivos empresariais, também atendem a seus proprietários que têm seus vínculos e interesses particulares para com sua empresa. Neste processo de profissionalização os veículos de imprensa deram um primado para a informação⁷⁵, se diferenciando de veículos do final do século XIX vinculados com mais clareza a grupos políticos, como “A Federação” no Rio Grande do Sul, vinculado ao Partido Republicano. Ao longo do século XX deve-se estar atento ao analisar um jornal que este também está sob influência de demandas de mercado. Apesar desta pretensa exclusiva apresentação de fatos, cabe sempre ao historiador observar de que forma esta imprensa noticiou o fato, narrou o acontecimento.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação.⁷⁶

Tania de Luca ainda alerta que com essa maior atenção a objetivos de lucro amplia-se as temáticas publicações nas edições de jornais. Aparecendo mais frequentemente, ao lado de reportagens e entrevistas, sessões sobre assuntos policiais, esportes, lazer, vida social e cultural, crítica literária;⁷⁷ exatamente o caso aqui em estudo, em que um tema da vida social, moral, da saúde e da ciência ganhou relevância nas redações. No artigo a “Construção da Aids Notícia”, os autores ao analisar em publicações de junho a dezembro de 1996 identificam que no *Jornal do Brasil* as publicações estavam em sua maior parte na editoria sobre ciência⁷⁸.

Os autores ainda destacam que em suas entrevistas com jornalistas dos principais veículos do país identificaram o que estes definiam como facilitadores e obstáculos da aids-notícia. Como facilitadores identificam o interesse da população em consumir publicações

⁷⁵ LUCA, Tania. História dos, nos e pelos periódicos. In. PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. P. 138.

⁷⁶ Idem, p 140.

⁷⁷ Idem, p 138.

⁷⁸ SPINK. Mary. et al. A construção da aids-notícia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, jul-ago 2001. P. 858.

sobre o tema e a disposição de alguns profissionais em conversar com os grandes jornais. Por outro lado, as dificuldades estavam nas poucas pesquisas sobre o tema no país, reclamação percebida sobretudo em veículos do Rio, ademais as fontes oficiais dos jornalistas são por vezes também um fator dificultador no acesso à informação, uma vez que uma parte considerável, como o Ministério da Saúde, estavam em Brasília, e a redação principal do JB no Rio, sendo que em Brasília havia pouco pessoal especializado em saúde.. Os editores também relatam certa repetitividade nas informações prestadas. Um repórter do *Jornal do Brasil* ainda opina que as campanhas de combate a aids deveriam ser mais agressivas.⁷⁹

Os jornais passam por critérios de publicação, que dependem de seus recursos e também do interesse de seus leitores e de suas editorias. Analisar, portanto, o lugar da publicação, o espaço dado e como a matéria é tratada dentro do periódico também é relevante. Ademais, a centralidade na análise do conteúdo produzido, observando as representações sobre o tema construídos no veículo de mídia.

O Jornal está inserido em algo mais amplo, como sua espacialidade e o seu próprio contexto de publicação, a linha editorial, os interesses de proprietários e as estratégias comerciais da empresa, bem como, em uma temporalidade, ou seja, está em relação direta com o momento de sua edição, não sendo apenas produto dela, mas também um ingrediente daquele momento histórico, não apenas um registro de acontecimentos, mas “atuando em nossos modos de vida, perspectivas e consciência histórica”⁸⁰.

Metodologicamente, também não se trata de a cada análise de uma publicação específica voltar às origens ou as linhas gerais da articulação da imprensa ao processo de formação da sociedade burguesa. Implica, sim, em trazer para cada conjuntura e problemática que se investiga os desdobramentos teóricos e metodológicos que ela encaminha, articulando a análise de qualquer publicação ou periódico ao campo de lutas sociais no interior do qual se constitui e atua. Nessa concepção propõe-se, no estudo da imprensa, um deslocamento que nos conduza da história dos meios de comunicação para o campo da história social.⁸¹

Na análise da fonte jornalista cabe perceber que esse vestígio do passado está “embebido” no próprio passado que o produziu, mas sobretudo, perceber na análise do texto as

⁷⁹ Idem, p. 860.

⁸⁰ CRUZ, H; PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

⁸¹ Ibidem, p 257.

tensões do passado que ele grafou. É um espaço de comunicação onde não apenas se narrou acontecimentos relevantes da véspera de sua publicação, mas onde se registra, e aqui está o central ao historiador, os debates públicos existentes naquele momento. Mesmo que por vezes o jornal corresponda a um lado específico do debate público, também cabe ali ao historiador pensar essa construção discursiva e o que ela diz sobre sua problemática de estudo, não como um registro de sua existência, mas como um ingrediente daquela problemática na sociedade.

A Imprensa é linguagem constitutiva do social, detém uma historicidade e peculiaridades próprias, e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa /sociedade, e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação propõe⁸².

As mídias de imprensa, dentre elas o jornal, em sua atuação, delimitam espaços, demarcam temas, mobilizam opiniões, constituem adesões e consensos. Mais ainda, trata-se também de entender que em diferentes conjunturas a imprensa é ela própria um espaço privilegiado da articulação desses projetos⁸³. Sendo o veículo um produto desse contexto, disposto entre interesses de redatores, proprietários, consumidores e patrocinadores, também se insere no debate público de seu tempo. A imprensa a todo o tempo, articula uma compreensão da temporalidade, propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações entre presente/passado e perspectivas de futuro⁸⁴.

O estudo da História por meio de fontes jornalísticas deve, portanto, considerar estas premissas em sua análise, sempre analisando a publicação em perspectiva e considerando ali também a vinculação dos debates sociais de um passado em estudo e não um dado meramente informativo, mas uma possibilidade de estudo sobre o tempo que o produziu.

2.3 O JB COMO FONTE HISTÓRICA

Como exposto, o *Jornal do Brasil* se construiu no país como um relevante veículo de imprensa de grande circulação sendo possível observar em suas páginas tensões sociais

⁸² Ibidem, p 260.

⁸³ Ibidem, p 258.

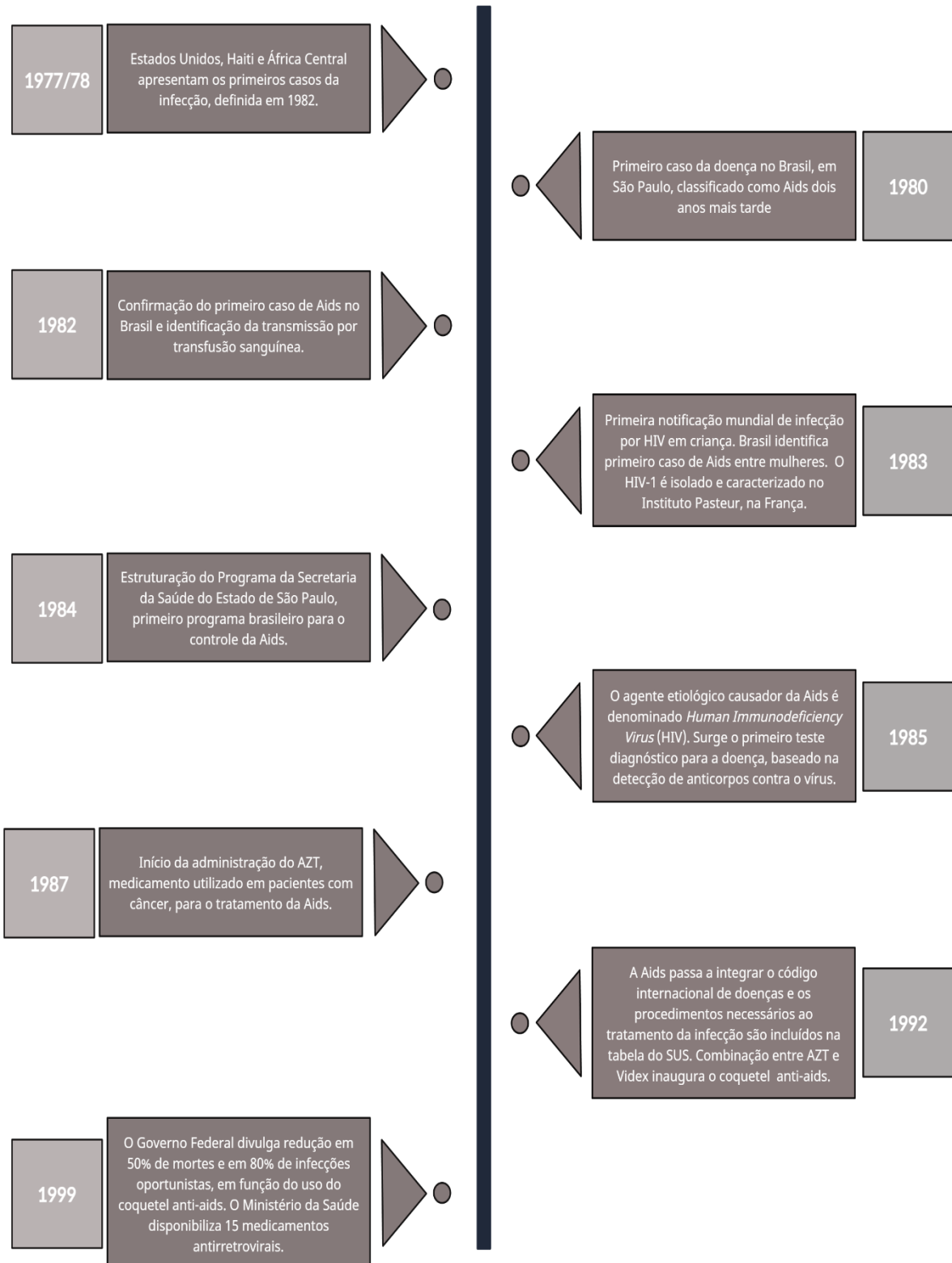
⁸⁴ Ibidem, p 259.

existentes em sua contemporaneidade. Na década de 1980, uma doença começou a chamar atenção da população e ganhar espaços na mídia, a doença que mobilizou a sociedade e as redações, sua moralidade e crenças na superação das patologias, era a aids.

Como se pode perceber no quadro de linha do tempo da Fundação Oswaldo Cruz⁸⁵, os primeiros casos da doença no Brasil são catalogados posteriormente, mas com referência ao fim da década de 1970, o mesmo ocorre nos EUA, Haiti e na região da África Central. Contudo, a identificação do vírus do HIV como o agente causador é feita somente em 1983. No Brasil o primeiro caso é localizado em 1980, mas apenas diagnosticado como HIV dois anos mais tarde. Em 1985, iniciaram testes laboratoriais para diagnóstico. E um ano mais tarde o Ministério da Saúde brasileiro iniciou um programa nacional de DST e aids. Em 1987 a Fundação Oswaldo Cruz identificou pela primeira vez o vírus em laboratório na América Latina, mesmo assim, os tratamentos com antirretrovirais tiveram melhores taxas de sucesso, com crescimento progressivo, apenas na década de 1990.

⁸⁵ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. O vírus da Aids, 20 anos depois. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>. Acesso: 05/11/2022.

Figura 3 Linha do tempo da aids no Brasil até 1999



Fonte: Fundação Oswaldo Cruz⁸⁶

⁸⁶Idem.

Diante disso, nota-se que a década de 1980 é o momento em que a doença, embora já existisse, começou a aparecer na América do Norte e Europa, e justamente por isso passa a ser catalogada e pesquisada, simultaneamente é publicada. Os veículos de imprensa trazem a doença a conhecimento do conjunto da sociedade, e como é perceptível em uma doença com alta taxa de mortalidade e uma novidade na pesquisa médica, ela desperta o interesse na população, retroalimentando publicações, o que permite a esta pesquisa analisar as representações nas publicações que a tinham como tema no JB. O interesse geral da população pode ser ilustrado pelas publicações presentes em diferentes jornais, o que indica a atenção editorial geral na imprensa, como as recolhidas abaixo:⁸⁷.

Figura 4. O E. de São Paulo de 26 de junho de 1983



Fonte: BARBOSA, J. SOUZA, M. 2020.

Figura 5. Publicação na Revista Veja em 15 de junho de 1983



Fonte: BARBOSA, J. SOUZA, M. 2020.

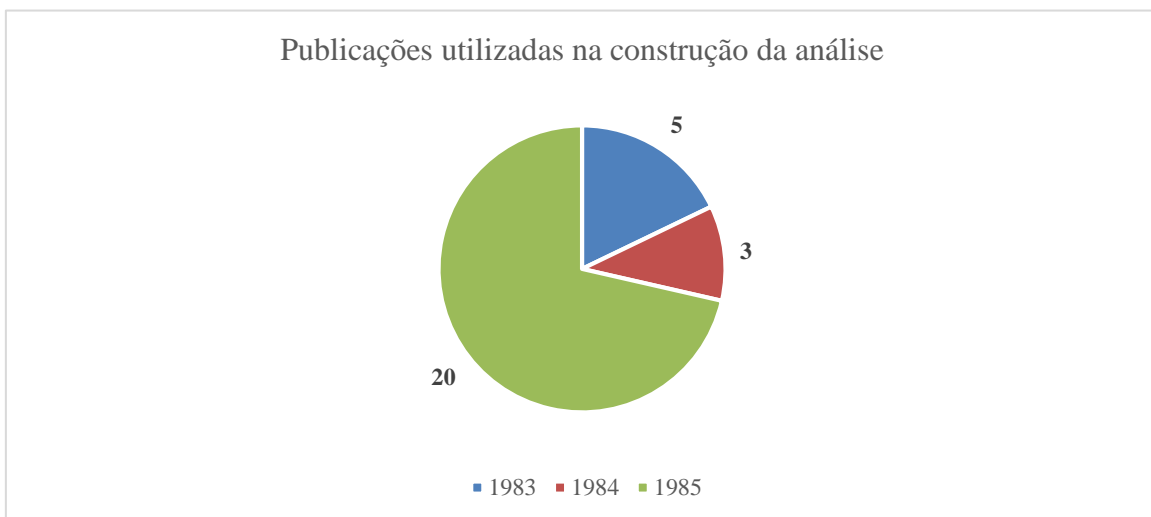
Esta nova doença em um primeiro momento foi identificada com o estrangeiro dos países pobres, notadamente haitianos e africanos, e no caso do Brasil também foi associada, primeiramente, aos homossexuais de classe média.⁸⁸ Aos poucos este grupo é ampliado para os chamados grupos de risco, como na identificação de 5 H's: Homossexuais, Hemofílicos, Haitianos, Heroinômanos (usuários de heroína injetável), Hookers (profissionais do sexo em

⁸⁷ BARBOSA, João B; SOUZA, Maurini de. As primeiras notícias da AIDS no Brasil no Jornal O Estado de S. Paulo: uma análise. *Revista Dito Efeito*, Curitiba, n. v. 11, n. 19, p. 71-92, jul./dez. 2020, p 75.

⁸⁸ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividades e discurso jornalístico - HIV/AIDS em Criciúma*. Dissertação, Mestrado em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

inglês)⁸⁹, bissexuais e mulheres foram consideradas no debate sobre aids com maior frequência após meados da década de 1980.

Como dito anteriormente, é com a imprensa que esta doença - seja acompanhando as notas enviadas sobre seu avanço e as pesquisas em outros países ou os casos no Brasil, passou ao conhecimento do grande público. Por essa razão a pesquisa em um Jornal com repercussão nacional como o *Jornal do Brasil* torna-se importante. Para tanto, este trabalho utilizou do sistema da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional onde está disponível o acervo do *Jornal do Brasil*, e a partir do mecanismo de pesquisa do sistema buscou a palavra “aids”, sistematizando todas as publicações feitas dentro do recorte temporal desta pesquisa que abordassem de alguma maneira a doença, e as classificando-as em uma categoria conforme se relacionavam com a moralidade e sexualidade.



No gráfico acima é possível identificar que dentre as publicações identificadas no JB com o mecanismo de busca Hemeroteca Digital, este trabalho de pesquisa utilizou 28 que se relacionam com a aids. Dentre estes, 5 em 1983, 3 em 1984 e 20 em 1985. O maior número de publicações em 1985 se justifica pelo aumento da frequência em que tema foi abordado pelo jornal no referido ano. Para além destes números, é relevante o método que o analista utiliza para trabalhar com esse numeroso corpo documental, o que no decorrer da pesquisa elabora a utilização das publicações e a análise sobre ela.

⁸⁹ FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. O vírus da Aids, 20 anos depois. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>. Acesso: 05/11/2022.

2.4 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A abordagem de textos em vista de seu estudo é uma atividade longínqua temporalmente. Desde a hermenêutica de textos antigos, sagrados ou misteriosos, um exemplo desta abordagens são os estudos de 1640 para determinar, na Suécia, se os hinos religiosos teriam efeito maléfico sobre os luteranos⁹⁰. Em suma, o texto não é apenas um meio de registro ou comunicação, ou ainda resultado de uma pesquisa, mas também pode ser seu objeto.

A análise de conteúdo enquanto método em definição, tem suas origens nos Estados Unidos e com atenção a análises de Jornais.

A Escola de Jornalismo de Columbia dá o pontapé inicial e multiplicam-se assim os estudos quantitativos dos jornais. É feito um inventário das rubricas, segue-se a evolução de um órgão de imprensa, mede-se o grau de “sensacionalismo” dos seus artigos, compram-se os periódicos rurais e os citadinos. Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que amplifica quando da Segunda: o estudo da propaganda.⁹¹

O método esteve presente de maneira relevante nos Estados Unidos de maneira que durante a II Grande Guerra (1939 – 1945) o governo incentivou pesquisas com os jornais objetivando identificar propaganda subversiva, em especial a nazista⁹². Importante com isso perceber como o campo foi constituindo-se com intensão de analisar meios de comunicação em especial os jornais impressos.

A partir dos anos 1950, diferentes congressos sobre o tema “Psicolinguística” ajudaram a ampliar os estudos com base na Análise de Conteúdo. Neste processo se percebe interesse de pesquisadores de diferentes horizontes; campos como a “etnologia, a história, a psiquiatria, a psicanálise e a linguística que acabam por se juntar à sociologia, à psicologia, à ciência política e aos jornalistas, para questionar essas técnicas e propor suas contribuições”⁹³. Discussões sobre análises quantitativas, que pensa nas frequências, e a qualitativa que pensa nas presenças e ausências em um texto, entram nos debates. Já nos anos 1960 e 1970, estudos com comunicação não verbal e o surgimento de computadores e seu emprego como recurso passam a entrar na pauta dos analistas.

⁹⁰ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, São Paulo, 2016, p 20.

⁹¹ *Ibidem*, p 21.

⁹² *Ibidem*, p 22.

⁹³ *Ibidem*, p 26.

É a Análise de Conteúdo, portanto, um conjunto de técnicas que permitem explorar conteúdos da comunicação. Dentro disso se pode identificar uma análise de significados, com relação ao temático, e a do significante, quanto ao léxico e aos procedimentos⁹⁴. Neste trabalho se faz o intento em ter estes dois elementos da mensagem presentes, a identificação temática geral na qual se insere a fonte em análise, bem como os elementos significantes que estão presentes, tais como a disposição do texto, tendo em vista o objetivo analítico de estudar as representações da aids no JB e sua relação com a moralidade e a sexualidade. Um exemplo da utilização da análise de conteúdo na pesquisa com a imprensa é o produzido por Leonardo Martinelli “Em tempos de *Gay Power*”⁹⁵ em que o autor estuda as representações da homossexualidade na revista *Veja* de 1968 a 1983.

Na perspectiva de uma análise da informação contida na mensagem, considerando sua totalidade e em especial de que maneira essa totalidade se vincula com o tema em estudo se faz uma análise categorial, que pretende “tomar em consideração a totalidade de um ‘texto’, passando pelo crivo da classificação e do recenseamento, segundo a frequência de presença (ou de ausência) de itens de sentido”⁹⁶.

*A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão das características comuns destes elementos.*⁹⁷

A categorização das publicações é um instrumento metodológico que permite a organização do que é encontrado nas fontes, as sistematizando segundo elementos comuns que podem auxiliar na análise, seja para perceber fatores quantitativos ou qualitativos, uma vez que se pode contabilizar as ocorrências, mas também observar as vinculações de sentido nas unidades de registro. Dito isso, cabe destacar que neste trabalho se focou em uma análise qualitativa, à medida que após a busca e leitura das fontes em questão, localizadas através do mecanismo de busca da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, se evidenciou as

⁹⁴ Ibidem, p 41.

⁹⁵ MARTINELLI, Leonardo. *Em tempos de Gay Power: representações da homossexualidade masculina na revista Veja* (1968 – 1983). Editora Fi, Porto Alegre, 2022.

⁹⁶ Ibidem, p 43.

⁹⁷ Ibidem, p 147.

publicações que se conectavam à categoria de análise da pesquisa, de modo a identificar e analisar sua ocorrência, com foco no conteúdo de suas mensagens.

A categoria elencada para este trabalho se baseia em que a aids por ser uma doença sexualmente transmissível, é vista como uma calamidade da qual a vítima é culpada, justamente porque teve uma vinculação a questões morais e sexuais já presentes socialmente, como escreveu Susan Sotag: “a AIDS é vista como uma doença causada não apenas pelos excessos sexuais, mas também pela perversão sexual.”⁹⁸ Constrói-se uma imagem da doença como uma consequência das ações ou do estilo de vida de quem adoece, tratando o doente como culpado. Por esta razão esta pesquisa reuniu em uma única categoria a moralidade e a sexualidade, entendendo que ambas se inter-relacionam quando nos discursos produzidos sobre aids. Esta consideração é relevante ao analisar as publicações para perceber nos textos de que forma estes elementos inferem sobre ele.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem explícita e controlada, de uma à outra.⁹⁹

Este caminho metodológico que considera as inferências (ou deduções lógicas) na mensagem, permite analisar a origem desta, ou ainda os efeitos que pode provocar. Há um caminho de descrição da mensagem, interpretação dela, percebendo seu todo e também como ela se vincula à categoria em estudo, e dentro disso perceber elementos que inferem na mensagem e que efeitos pode ter¹⁰⁰.

[...] a tentativa do analista é dupla: compreender o sentido da comunicação (como se fosse o receptor normal), mas também, e principalmente, desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira. A leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações, não é, ou não é unicamente, uma leitura “à letra”, mas antes o realçar de um sentido que figura em segundo plano. Não se trata de atravessar significantes, para atingir significados, à semelhança da decifração normal, mas atingir através de significantes, ou de significados (manipulados), outros “significados” de natureza psicológica, sociológica, histórica etc.¹⁰¹

⁹⁸ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007, p 98.

⁹⁹ BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, São Paulo, 2016, p 45.

¹⁰⁰ Ibidem, p 45.

¹⁰¹ Ibidem, p 47-48.

Com este caminho analítico se pretende lograr compreender as representações feitas pelo *Jornal do Brasil* acerca da aids, com ênfase a sua vinculação a aspectos morais/sexuais. Considerando as vinculações que a fonte em questão faz com outros discursos e em especial analisando a mensagem em sua conexão com a categoria.

Ao analista quando diante de uma fonte de mídia impressa cabe considerar que esta é um produto a ser consumido, mas também um veículo de imprensa, e como tal onde se podem perceber como dito, as tensões e debates sociais presentes na sociedade que a produziu, bem como as preocupações de sua editoria que por sua vez também é um sujeito orientador das posições do próprio jornal. Considerando este caminho, observa-se na metodologia da análise de conteúdo uma potencialidade para estudar as fontes da área da comunicação, uma vez que ela permite estudá-las em uma proposta qualitativa ou quantitativa, percebendo os conteúdos das publicações de acordo com a problemática de pesquisa.

É com esta proposta que este trabalho se aproxima do *Jornal do Brasil* como uma fonte histórica, pensando neste periódico como mais um veículo de mídia no Brasil e no qual se pode estudar as construções de representações acerca da aids. Não se considera no trabalho uma catalogação de verdades sobre a doença em seus primeiros anos no país, mas uma análise de como o jornal a publicou, o compreendendo como um produto e um agente em sua contemporaneidade.

3. ESTUDO DAS FONTES

O presente capítulo discorre sobre as fontes considerando em específico a categoria de análise moralidade e sexualidade. Em específico pretende-se reunir os textos encontrados nas páginas do jornal analisando as representações sobre aids presentes e suas relações com a temática da sexualidade e moralidade. O estudo no presente capítulo fará num primeiro momento a apresentação de uma fonte e em seguida discorrerá sobre ela, e assim sucessivamente de modo a construir uma análise que considere o conteúdo publicado no jornal de forma ampla, mas sem desconsiderar o específico de cada publicação. Cabe destacar, como exposto anteriormente, que estas publicações estão dentro de um emaranhado social que passa a conhecer e interessar-se pela doença.

Toda doença conta uma história. Toda doença contagiosa é também um evento social. No começo, a peste é quase sempre recepcionada com grandes doses de “negação”. Encarar a verdade incontornável da nossa precariedade nem sempre é fácil – e é isso que a epidemia nos coloca diante dos olhos. As pessoas de início procuram obstinadamente não ver para escapar ao enfrentamento da onda ascendente do perigo. [...] se toda epidemia é um fato (muito) concreto, ela também leva a construções intelectuais, na busca de aceitar um “estado de anomalia” que destoa da agradável normalidade de um corpo são. Quando a sociedade concorda em enxergar a enfermidade, significa que está ciente de uma situação amedrontadora. É chegada a hora, então de enfrentar aquilo que atemoriza, evitando ou resistindo.¹⁰²

A anterior citação recortada de *A Bailarina da Morte* de Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, está em um texto que trata sobre a epidemia de gripe espanhola (1918), e apoia na compreensão de como uma sociedade encarou as doenças em crescimento no seu seio. No princípio, teve-se a percepção de que a doença não é própria dela, mas que vem de um outro. E quando está em seu seio, e naquele então se enxergou seu crescimento, diferentes discursos sobre seu aumento são construídos, passando a perceber a doença que antes estava no outro, no estrangeiro, agora no seu meio, com o que qualquer um poderia torna-se o objeto da tensão¹⁰³. Justamente por isso, a análise das publicações sobre a doença nos primeiros anos em que ela foi registrada no Brasil, ajuda a compreender como este processo se deu no país.

¹⁰² SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020, p 46-47.

¹⁰³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo, Companhia das letras, 2009, p 204- 208.

3.1 MORALIDADE E SEXUALIDADE

Nos anos em que a doença começa a ser catalogada e estudada no início dos anos 1980, os grupos mais atingidos a época são quem o discurso construiu como a imagem do outro, o corpo onde a doença era uma possibilidade, neste caso: o homossexual, o hemofílico, o promíscuo e o drogado, isto é, aqueles que nesta perspectiva mais estavam expostos a contaminação, ademais de uma origem primeira no Haiti e no continente africano. Num dado momento, como será visto, o vírus passou a afetar grupos mais diversos, mas não sem antes deixar de identificar esta origem primeira, e já tendo construído uma marcação sobre as pessoas do “grupo de risco” em relação a doença. Nessa identificação dos grupos de risco pode-se observar um caráter essencialmente sexual, em especial com a homossexualidade e com o que se identificava como promiscuidade. Esse recorte pode parecer óbvio quando se parte da observação que é um mal que se transmite via sexual e tendo como primeiros impactados os homossexuais, no entanto, se tomar apenas essa variável se desconsidera todo o histórico de classificações de normalidade e anormalidade sexual, o aceitável e o não aceitável, sendo esse um elemento de inferência que se observará na pesquisa.

A aids não é a primeira doença sexualmente transmissível. A sífilis já há séculos identificada, também estava engendrada em para além do mal em si, um julgamento moral sobre quem estava afetado por ela, considerada degradante e vulgar¹⁰⁴. Desta maneira, organizamos uma categoria de análise do conteúdo disposto no Jornal do Brasil no qual classificou-se aquilo que se relacionava à sexualidade e moralidade, compreendendo que estes dois elementos estão vinculados quando trata-se das representações construídas sobre a aids. No decorrer do capítulo construiu-se subdivisões de acordo com uma organização do corpo documental a elementos que se relacionam as representações sobre aids e que tangenciam a moralidade e sexualidade como: a terminologia “câncer-gay” e como ela é escrita no jornal; as divergências quanto a atenção dada a aids pelo jornal e pelo poder público; mulheres, gays e promiscuidade; a exposição pública da vida privada das pessoas que viviam com aids; e como a redação tratava de questões relativas a prevenção da doença.

¹⁰⁴ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora AIDS e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p 54-55.

3.1.1 O “CÂNCER-GAY”

O movimento que primeiro encontra no outro - o estrangeiro - a doença é notadamente perceptível nas matérias analisadas. A primeira referência ao termo aids, datada de 11.06.1983 versa sobre uma palestra dada por um médico americano, Dr. Warren Johnson, na Universidade de Brasília. O texto se encontra em uma página com diferentes assuntos, previsão do tempo, notas de falecimento, avisos religiosos, notícias policiais e da loteria. O título traz uma sensação de avanço nas pesquisas: “América aponta três vírus como suspeitos de causar ‘câncer-gay’”.

Brasília – Três tipos de vírus são os maiores suspeitos de transmissão da síndrome de imunodeficiência adquirida – mal de Aids – ou câncer gay. Ao fazer tal afirmação durante conferência na Faculdade de Saúde da UnB (Universidade de Brasília), o médico norte-americano Warren Johnson advertiu: “Não há motivo para histeria, mas precisamos ter responsabilidade. A doença é mais grave do que se imagina e vem se alastrando pelos Estados Unidos com muita rapidez”.

[...] traçou um biótipo das vítimas nos Estados Unidos: 57% são brancos, 22% negros, 14% hispânicos, 5% haitianos e 4% outros, entre eles os hemofílicos. Os haitianos surgiram no caso “por serem os maiores exportadores mundiais de sangue” e por “boa parte dos doadores do Haiti serem homossexuais que sobrevivem disto.

[...] disse ainda que a doença é “ligada a promiscuidade sexual” e lembrou que existe uma hipótese de que o esperma poderia ser o causador [...].¹⁰⁵

A redação da matéria, mesmo sendo a primeira vez que o mecanismo de busca encontrou o termo aids no jornal, não introduz ao leitor a aids, mas a coloca lado a lado com outra possibilidade de nomenclatura, “câncer-gay”. O centro da matéria são as falas dadas pelo médico americano em conferência na UnB (Universidade de Brasília). Mas ao não se ter essa introdução, pode-se intuir que o leitor já tinha alguma ideia do que era, se não a aids, o “câncer-gay”, dado que é posto como sinônimo. Como lembra a matéria, fazia uma semana que o primeiro paciente brasileiro havia falecido em decorrência dos agravos da aids, Markito (Marcos Vinicius Rezende Gonçalves), que foi um reconhecido estilista e havia falecido nos Estados Unidos no dia 04 de junho. No jornal do Brasil se publicou sua nota de falecimento na edição 58 de 05.06.1983 e um convite para missa de 7º dia na edição 62 de 09.06.1983. Na nota de falecimento se especifica a causa da morte como “câncer-gay” e destaca-se a carreira do estilista.

¹⁰⁵ América aponta três vírus como suspeitos de causar “câncer-gay”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 64, 11.06.1983, p 18.

Provavelmente, justamente a morte do brasileiro Markito tenha despertado maior atenção ao caso, que então para além de “câncer-gay”, como nomeado na nota de falecimento do estilista, tem a sigla da síndrome nominada e tratada com citações a um médico em uma conferência em uma universidade, o que denota uma busca por explicar que mal é esse que levou um reconhecido profissional brasileiro que trabalhava com nomes importantes na cena social, conforme cita sua nota de falecimento. Na reportagem sobre a conferência é possível ver o estabelecimento de um recorte de moralidade sexual ao vincular a doença à promiscuidade sexual e aos haitianos, que seriam grandes propagadores da doença justamente por boa parte ser homossexual, além da utilização do termo “câncer-gay”. Identifica-se no estrangeiro e em uma sexualidade discordante a ameaça do novo mal.

A ciência, especialmente a ciência médica, foi a primeira a atuar na constituição da doença que emergia no final da década de 1970 e 1980, e a constituir seus sujeitos. Nomeou-a primeiramente de GRID (Gay Related Immune Deficiency), e só deixou de utilizar tal nomenclatura pela pressão exercida por grupos que lutavam pelo reconhecimento de direitos dos homossexuais nos Estados Unidos. Porém, continuou a chamá-la de câncer gay, ou seja, desde o princípio, aids e homossexualidade foram associadas por conta desse discurso médico.¹⁰⁶

Chamar a doença de câncer estava associada a seus sintomas, como o aparecimento de lesões na pele, o Sarcoma de Kaposi. Outro padecimento comum era a pneumonia, *pneumocystis carinii*¹⁰⁷. Já sua associação com o termo gay, conectava-se com a incidência identificada nos primeiros casos. Mas o termo cunhado “câncer-gay” é, sobretudo, a identificação da doença com um grupo específico, algo que a restringe a este grupo, é o câncer dos gays ou os gays como câncer, as duas palavras se unem, na grande parte das vezes com um hífen. Esta vinculação é um agente causador de discriminação e revelador da moralidade da temporalidade e sociedade que a produziu e empregou.

“[...]Eles não estão com a síndrome só porque são gays. Lembro que não são apenas os homossexuais que podem contrair este vírus, mas qualquer pessoa que tenha uma resistência de imunologia diminuída, independentemente de opção sexual. E lógico os que tenham uma atividade sexual promíscua estão mais sujeitos a contraí-la”.

Na opinião de Valéria Petri, os homossexuais são muito visados pela coletividade, como se fossem os únicos a levarem uma vida irregular: “É como se fosse uma

¹⁰⁶ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 204.

¹⁰⁷ Ibidem, p 58.

punição. Discordo que seja um a praga gay”. Ela esclarece que os primeiros sinais do Sarcoma de Kaposi (um dos tipos de câncer-gay) são as manchas na pele e os tumores de cor violeta.¹⁰⁸

Nesta mesma busca pelo novo mal, um jornalista agora conversa com uma médica, Dra. Valéria Petri¹⁰⁹, que trata de dois pacientes em São Paulo com quadro de aids. Durante a entrevista a médica afirma que a doença não se vincula a sexualidade específica, mais bem a quem tenha “resistência de imunologia diminuída” e em especial “atividade sexual promíscua”. Apesar do dito por ela, o redator não deixa de usar o termo “câncer-gay”; já a médica se refere a doença como síndrome. A redação mantém no texto o termo, o grifa no título e em negrito oito vezes no decorrer deste artigo, e uma outra vez num texto logo abaixo falando sobre a doença no Rio. Soma-se a isto o termo “gay” outras duas vezes em negrito e “sarcoma” ou “sarcoma de Kaposi” três vezes entre os dois textos. Outras duas vezes os termos “AIDS” e “câncer-gay” são postos como sinônimos, a primeira que após explicar a sigla afirma que ela é mais conhecida como “câncer-gay”, e depois mantendo a sigla na escrita e entre parênteses “câncer-gay”. Este texto demonstra como era resistente a vinculação das duas coisas, mesmo que a entrevistada afirme o contrário a própria redação que vincula a entrevista mantém a associação. A sigla AIDS também era recente, tendo sido empregada pela primeira vez em setembro de 1982¹¹⁰, nove meses antes do texto analisado, em que pese isto não descarte a contradição observada entre o que diz a entrevistada e a redação.

Cabe destacar também, que a médica muito provavelmente estava atenta as pesquisas sobre o tema, uma vez que, conforme visto na citação, já trata a síndrome como causada por um vírus, o que o Instituto Pasteur¹¹¹ havia identificado poucos meses antes da publicação¹¹².

¹⁰⁸ SOUZA, Carlos P. Brasil já registra dois casos de “câncer-gay”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 65, 12.06.1983, p 26.

¹⁰⁹ Dra. Valéria Petri, médica dermatologista formada pela Escola Paulista de Medicina em 1977 onde concluiu o mestrado em Imunologia em 1981 e o doutorado em Dermatologia em 1982 e, mais tarde, no ano de 1996 ingressou como professora. Foi a primeira médica a diagnosticar no Brasil o Sarcoma de Kaposi como sintoma de aids.

¹¹⁰ Aids: “Os pacientes eram estigmatizados”, lembra cientista francesa 40 anos após descoberta do HIV. *Agência AIDS*. Acesso em 20.05.2023. Disponível em: <<https://agenciaaids.com.br/noticia/aids-os-pacientes-eram-estigmatizados-lembra-cientista-francesa-40-anos-apos-descoberta-do-hiv/>>

¹¹¹ O Instituto Pasteur é uma renomada instituição francesa localizada na cidade de Paris dedicada a pesquisas na área da biologia e que esteve a frente de pesquisas sobre a aids e na identificação do vírus causador da doença. O Instituto foi inaugurado em 1888 por Louis de Pasteur pesquisador que desenvolveu a primeira vacina antirrábica.

¹¹² Em 20 de maio de 1983 Françoise Barré-Sinoussi, Jean-Claude Chermann e Luc Montagnier conseguiram isolar o vírus HIV no Instituto Pasteur em Paris.

Em contraponto, os grupos gays já organizados no país, como o Grupo Gay da Bahia eram vozes que se contrapuseram à utilização do termo. O que pode ser notado em publicação sobre o 2º Encontro Nacional dos Homossexuais de 1984 em Salvador¹¹³. A reportagem do JB está localizada em uma página com previsão do tempo, falecimentos, incêndio e linchamento público; o que infere o não enquadramento do texto pela editoria em páginas mais relevantes, mas em um espaço de leituras rápidas e muito buscadas como a previsão do tempo e polêmicas como um linchamento público. O título anuncia: "'Gays' vão a encontro mesmo sob ameaças". No texto, na breve entrevista com Luiz Mott, liderança do Grupo Gay da Bahia, nota-se que os grupos organizados percebiam a associação da aids a homossexualidade pelos veículos de imprensa .

“esse refluxo (na organização de grupos gays no país, que em 1982 eram 22 e na data do Encontro 7) nada tem a ver com o impacto provocado pela grande divulgação do AIDS, sobretudo dos casos fatais da moléstia de origem desconhecida, mas quase sempre associada ao homossexualismo nos noticiários. Uma das causas principais do refluxo, segundo Mott, é a repressão “aberta ou camufladaa contra os gays”.¹¹⁴

Percebe-se, então, que muito embora essa vinculação da aids a homossexualidade com a terminologia “câncer-gay” seja uma presença marcada a época, ela não acontece sem vozes discordantes como a percebida na entrevista com Luiz Mott. No entanto mesmo que a crítica apareça, o jornal continua utilizando o termo e mantém a associação, por vezes no mesmo texto em que este recebe crítica.

3.1.2 DIVERGÊNCIAS QUANTO A ATENÇÃO DADA À AIDS

Sobre a doença no Rio¹¹⁵ um artigo trabalha com a não existência de casos na cidade e que o poder público não se preocupava com a situação, uma vez que considerava que doenças como a “doença de chagas, tuberculose, parasitas intestinais, ‘coisas que já desapareceram de países mais desenvolvidos’” seriam mais dignas de atenção. Em caso de alguém apresentar algum sintoma a rede de saúde estaria despreparada e a pessoa deveria buscar o Instituto do Câncer. Este dado revela a fragilidade da saúde pública, mas também a inércia das autoridades

¹¹³ “Gays” vão a encontro mesmo sob ameaças. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 280, 14.01.1984, p 18.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ AMORIM, Lima de. Rio ainda ignora a doença. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 65, 12.06.1983, p 26

que parecem não pensar no crescimento mundial da doença como um risco relevante o suficiente para preparar-se, e mais do que isso, é como se essa doença pudesse ser uma preocupação mais afeita aos países desenvolvidos porque já superaram os males citados.

Como afirmou o assessor do secretário estadual de saúde do Rio de Janeiro à reportagem: “quando conseguimos o feijão com arroz nos damos por satisfeitos”. Como destacado: “no começo, a peste é quase sempre recepcionada com grandes doses de ‘negação’”.¹¹⁶ Para além disso, a doença que aumentava no mundo todo e já registava seus primeiros casos no Brasil, parecia ser demais para a estrutura de saúde brasileira - neste caso falando em específico do Rio – a aids era uma preocupação dos países desenvolvidos e distante das possibilidades do “feijão com arroz” brasileiro. Soma-se a esta situação de despreocupação das autoridades, o que se tratou no primeiro capítulo deste trabalho, em que se percebeu problemáticas quanto ao financiamento da saúde pública, que diante da crise econômica, também sofria em seus orçamentos.

O referido posicionamento do assessor do secretário de saúde do RJ pode ser percebido ainda anos depois quando da publicação da carta de um leitor que justamente elenca outras doenças como prioridade. Ao jornal ele afirma: “Os países desenvolvidos podem ter o AIDS como calamidade pública, pois já erradicaram a fome, a miséria e as mortes oriundas de situações de subdesenvolvimento (causas sociais). Nós não”.¹¹⁷ E segue afirmando que no Brasil morre em três meses por diarreia, desnutrição e sarampo o que nos EUA em um ano por aids, questionando justamente se a atenção dada pela mídia à doença não seria algo para desviar foco destes que seriam os problemas sociais relevantes ao Brasil. Em sua opinião.

O entendimento de que a doença vinha de fora estava colocada no discurso jornalístico no Brasil, quando foi apresentada como doença exclusiva de homossexuais ricos que viajavam aos Estados Unidos. Portanto, a doença era de norte-americano e de quem com eles se relacionasse, mas era também exclusiva de homossexuais. [...]

Este era outro aspecto da aids que, associado aos então chamados grupos de risco, serviam para que a população e as autoridades de saúde, bem como profissionais da área médica, não enxergassem na aids um problema a ser enfrentado e a vissem apenas como um problema que deveria ser isolado no outro.¹¹⁸

¹¹⁶ SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2020, p 46.

¹¹⁷ Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 43, 21.05.1985, Caderno B, p 02.

¹¹⁸ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 71-72.

Se nos Estados Unidos a doença vinha de países pobres na África e do Haiti¹¹⁹, no Brasil em seu início, de outra maneira circulava também uma ideia da doença como uma problemática de classe média, quase como um luxo de homossexuais que viajavam ao exterior. Ademais de uma doença que se desvinculava do que seriam as reais necessidades de um país empobrecido como o Brasil, com múltiplas prioridades sociais e de saúde. É como se as duas coisas não se encontrassem. Cabe destacar que o período é de profundos debates sobre o país e seu processo de abertura.

Uma sessão do JB onde é possível estudar a discussão sobre a aids é a coluna das cartas dos leitores. A coluna é fruto da publicação, ao menos em teoria, de cartas enviadas pelos leitores ao jornal, no entanto, como tudo em um jornal impresso, o conteúdo passa por seleções, nem todas as cartas são publicadas e por vezes nem a carta toda. Em 1985 quando Dagoberto escreve para o JB, estava em pauta a Nova República, como o próprio jornal chamava o novo período democrático. “Será que essa onda toda é porque o AIDS ataca nossos amigos, as pessoas que estão próximas, as pessoas de um melhor nível social (talvez quem trabalha em jornais, televisão cinema, etc) enquanto os outros mortos não tem rostos?”¹²⁰. Certamente há essa proximidade maior elencada pelo leitor, mas o dado não se sustentou no tempo.

Markito, primeiro homossexual que morreu em decorrência da aids, pode tratar-se nos EUA em 1983, já outras pessoas que contraíram a doença no Rio de Janeiro, encontrariam dificuldade de inclusive encontrar atendimento no serviço público, que estaria mais preocupado com um “feijão com arroz” que não seria o seu e então lhe restaria tentar algo com o Instituto do Câncer.

Dagoberto está fazendo muito por baixo esta estimativa de meia dúzia de pessoas atacadas por esse terrível mal. Basta ler as publicações a respeito, atentando para a maneira pela qual ela é contraída e a onda de homossexualismo que lastimavelmente grassa principalmente no grande Rio e S. Paulo.

[...] Penso que a falta de divulgação só poderia interessar a determinado grupo, para que continuem, sem medo, com suas práticas condenadas pela maioria da sociedade.

¹²¹

¹¹⁹ Ibidem, p 70-71.

¹²⁰ Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 43, 21.05.1985, Caderno B, p 02.

¹²¹ Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 48, 26.05.1985, Caderno B, p 02

O trecho citado é uma resposta de uma leitora para a carta de Dagoberto. A leitora que assina a carta é Marlene Silva. Em seu texto é possível perceber o recorte de uma visão diferente a de Dagoberto sobre a aids, vista por ela como uma ameaça latente na sociedade, que atinge um outro grupo social numeroso no RJ e em SP, “lastimavelmente” para ela, e que adocece devido a “suas práticas”. Ao criticar o texto de Dagoberto, ela deixa nas entrelinhas que haveria interesse dos grupos homossexuais em que não se falasse sobre isso, para que pudessem continuar “suas práticas condenadas”. A questão não é apenas a aids, mas a homossexualidade também; a doença é vista como uma consequência a prática desta sexualidade condenada.

O debate iniciado por Dagoberto na coluna com as cartas dos leitores recebeu respostas de outros leitores que criticaram o dimensionamento feito por ele de “uma doença que atinge meia dúzia de pessoas” e a ameaça de uma doença que diferente das citadas por Dagoberto, ainda não se tem um tratamento claro¹²², além de cobranças por atitudes do governo¹²³. A discussão por cartas publicadas pelo jornal é um exemplo de como o debate sobre a aids gerava notícia e debate social.

Os repórteres referiram-se a alguns fatores como facilitadores ou obstáculos à construção da AIDS-notícia. Dentre os facilitadores ressaltam-se o impacto e o interesse que o tema AIDS desperta na população, garantindo um espaço privilegiado de publicação nos jornais. [...]

“(...) Você sempre tem novas descobertas, tem muita polêmica. AIDS para os jornais sempre foi uma coisa atrativa, falar qualquer coisa de AIDS você conseguia espaço, você vendia” (repórter, Ciência, sede do JB).¹²⁴

Quando pensamos na frequência e na quantidade das publicações analisadas, elas iniciaram no período da morte de Markito em meados de 1983, cresceram em 1984 e tornaram-se uma constante em meados de 1985, quando não reportes maiores, ao menos uma pequena nota sobre o crescimento de casos, uma nova descoberta ou algum outro debate que seja tangencial ao tema. Cabe destacar que o termo “câncer-gay” está claramente presente nas primeiras publicações, em especial em 1983, mas vai tornando-se menos frequente a partir de

¹²² Idem.

¹²³ Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 64, 11.06.1985, Caderno B, p 02

¹²⁴ SPINK. Mary. et al. A construção da aids-notícia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, p 851-862, jul-ago 2001, p 859.

1984, a mesma medida que aumentou a frequência de publicações sobre a síndrome, tratada mais comumente então pela sigla AIDS. Esta diminuição também se deve a tomada da causa por grupos gays organizados, como observados em reportagem publicada no jornal sobre evento de lançamento de um manual produzido pelo grupo “Outra Coisa” sobre a aids em São Paulo, na ocasião a reportagem recolhe manifestação de Antônio Carlos Tosta que renegava o termo por considera-lo preconceituoso¹²⁵. Há portanto uma disputa pela denominação da doença.

3.1.3 MULHERES, GAYS E A PROMISCUIDADE

A aids foi vinculada a promiscuidade, ou a a pessoas com atividade sexual promiscua. Cabe também entender melhor o que é esse entendimento quanto ao risco da doença para pessoas, tratadas como “promiscuas”.

Discurso de ciência e religião cruzavam-se a enunciar a doença como própria de pessoas promíscuas, que mantinham relações com muitas pessoas em um curto espaço de tempo. A expansão dos grupos de risco não foi suficiente para que esse conceito fosse logo abandonado, apenas novos grupos continuavam a ser incluídos e continuava-se a entender a doença como exclusividade deles.

[...]a doença era vista como um castigo por parte da religião e uma consequência por parte da ciência, que enxergava na doença uma relação de causa e efeito entre seus/suas portadores/as e seus comportamentos pregressos:¹²⁶

Promiscuidade, portanto, à época refere-se a maior quantidade de parceiros sexuais com quem se faz sexo, bem como com a própria homossexualidade. Uma expressão semelhante é o que Adílio Neto em sua dissertação encontrou como “sexo irresponsável”, que é aquele “praticado com profissionais e de indivíduos masculinos com outros masculinos, ou ainda de mulheres com indivíduos que eram identificados como bissexuais”¹²⁷. Se há uma prática promíscua e uma sexualidade que é mais propícia ao vírus também há o que seria mais recomendado, neste caso, não ter muitos parceiros, em outras palavras ter relacionamentos fixos. É um reforço para o casamento e seus valores morais, monogâmicos e heterossexuais.

¹²⁵ Homossexuais lançam em São Paulo manual explicando doença. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 84, 01.07.1983, p 6.

¹²⁶ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 74.

¹²⁷ Ibidem, p 63.

Segundo Galvão (chefe do departamento de imunologia da Fiocruz), os homossexuais formam o grupo mais atingido pela AIDS porque têm grande número de relações por coito anal, podendo atingir de 10 a 15 encontros por dia. Com isso estão expostos a um grande volume de sêmen o qual além de conduzir o vírus da doença tem propriedade imunossupressoras, ou seja, diminuem a capacidade de defesa do organismo.¹²⁸

Não fica clara qual a base para a afirmação, mas na generalização a entrevista realizada pelo jornal justifica que os homossexuais são o principal grupo por terem de 10 a 15 relações por dia. O número sem dúvida é alto, e sendo ele imaginado ou não, se atesta a imagem construída socialmente sobre homossexuais, que como se viu, teriam por característica uma vida sexual promiscua e ativa. Contudo, é relevante questionar a quantificação do número de relações diárias. Não fica claro na reportagem, até porque não era seu objetivo, como se chegou a esta conclusão. Pode-se perceber, no entanto, algo de exagero, basta imaginar a agenda de um indivíduo que tenha de 10 a 15 relações diárias, sobretudo quando se generaliza os homossexuais, entendendo todo um grupo, a esta prática numerosa.

Mas o problema é também em determinada prática sexual, ou seja, o sexo em quantidade sim, mas a sua forma também, neste caso, o sexo anal sendo mais arriscado. O risco do sexo anal também aparece em reportagem quando se entrevista outro médico na edição nº 65 de 12.06.1983¹²⁹. Cabe destacar que esta visão médica é uma continuidade na problemática das práticas sexuais entre homens. Na Idade Média quando das definições sobre o que teólogos chamavam de pecado contra a natureza e sodomia em especial, a especificidade do sexo anal entrava nas definições, quando não da própria sodomia, na definição mais ampla do pecado contra a natureza¹³⁰. O relevante aqui é que há uma percepção já antiga na longa duração desta prática como algo errado por definição, e com a aids, passa a ser visto como um facilitador do contágio.

Essa ideia da aids como própria da homossexualidade pode ser analisada também em publicação irônica do jornal com o título: “Avião com AIDS”¹³¹. Ao ler o conteúdo do texto

¹²⁸ Sanitarista sugere criação de grupos de risco para defender Rio da AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 323, 01.03.1985, p 12.

¹²⁹ SOUZA, Carlos P. Brasil já registra dois casos de “câncer-gay”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 65, 12.06.1983, p 26

¹³⁰ MOLINA, Fernanda. *Cuando amar era pecado: sexualidade, poder e identidade entre los sodomitas coloniales (virreinato del Perú, siglos XVI -XVII)*. La Paz, Plural Editores, 2017, p 33-39.

¹³¹ Avião com AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 99, 16.04.1984, Caderno B, p 2.

se percebe que ele trata de um novo sistema de segurança de aviões que tem a mesma sigla que a doença, mas o jogo de palavras é claro: “Após uma verdadeira epidemia da síndrome de imunodeficiência adquirida ter atacado seres humanos de determinadas características, aviões começaram a aparecer com o AIDS.” O texto não apenas ironiza a doença como a define como a síndrome de “seres humanos de determinadas características”. Entre o dito e o não dito, fica evidente a ironia com a doença e o não dito das “determinadas características”, uma forma sutil e debochada de referir-se a homossexuais, evidenciando a imagem do homossexual que era socialmente reconhecida, uma imagem jocosa e estereotipada como se refere Martinelli em sua análise sobre as ironias com a homossexualidade na Revista *Veja*¹³².

Em 23.04.1984 o JB publica reportagem com o título “Americano diz que França descobriu o vírus da AIDS”¹³³ o artigo faz um reporte com informações dadas pelo chefe do Centro Federal para Controle de Doenças, James Mason. Na reportagem tem-se primeiro um reporte sobre os avanços nas pesquisas sobre o vírus no mundo. Desta vez afirma James Mason que o vírus foi descoberto em Paris, o LAV (vírus associado a linfodenopatia), primeiro nome dado ao HIV, era de fato o vírus causador da aids. Seguindo ele afirma, “Um total de 1 mil 746 pessoas morreu (sic) devido à enfermidade, que afeta principalmente homossexuais, bissexuais, viciados em drogas, pessoas que receberam transfusão de sangue, hemofílicos e emigrantes do Haiti”¹³⁴. Pela primeira vez aparecem bissexuais como grupo de risco para a aids, o que representa tanto uma percepção ainda vinculada a sexualidade quanto uma ampliação do risco da doença para o conjunto da sociedade.

A reportagem citada anteriormente está publicada na seção Internacional. Cabe ressaltar que o JB recebia reportes de diferentes partes do mundo e em alguns casos republicava textos de grandes jornais estrangeiros. As ocorrências da aids no mundo também foram relevantes para a redação, que desde o início do período analisado publicou sobre o avanço de casos no exterior e sobre o desenvolvimento de pesquisas com a doença e as esperanças dos novos possíveis tratamentos. E é justamente nas seções Internacional e Ciência em que se localiza parte considerável dos textos.

¹³² MARTINELLI, Leonardo. *Em tempos de Gay Power: representações da homossexualidade masculina na revista Veja (1968 – 1983)*. Editora Fi, Porto Alegre, 2022, p 166 – 177.

¹³³ Americano diz que França descobriu o vírus da AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 15, 23.04.1984, p 9.

¹³⁴ Idem.

Em mais um título com uma perspectiva da pesquisa que vem do exterior, mas desta vez na seção Nacional o título é: Especialista dos Estados Unidos afirma que Aids no Brasil ataca heterossexuais.

- Apesar de o Brasil contar com a notificação de cerca de 300 casos de AIDS, por baixo temos uns 500, o que significa o segundo lugar na incidência da doença no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, com 10 mil casos, mas com uma estimativa de 1 milhão de infectados - observou o imunologista. Ele explicou que os bissexuais carregam (sic) o vírus para os heterossexuais, entre eles as prostitutas.

- E ainda não se sabe como a AIDS se comporta nos heterossexuais; se a pessoa permanece como portador, mas transmitindo, ou se a doença demora mais tempo para se manifestar. Por isso, nos Estados Unidos estão sendo feitas pesquisas com macacos, cobre o desenvolvimento do vírus – observou.¹³⁵

O texto com manifestações do Dr. Ricardo Veronesi, infectologista, professor da USP, Presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia, membro do comitê assessor de peritos em doenças de transmissão sexual criado pelo Ministro da Saúde e que havia participado de Conferência Internacional sobre aids em Atlanta, Estados Unidos. Ou seja, ao que indica o médico estava inteirado no debate sobre a doença no mundo, bem como colaborando com pesquisas no Brasil, o que torna sua manifestação relevante para perceber as informações e pesquisas que a comunidade médica de modo geral acessava.

No trecho em destaque é possível perceber mais uma vez como a sexualidade é associada a doença, a ponto de ser levantada a hipótese de ela ter comportamentos diferentes em corpos homossexuais e heterossexuais. Evidentemente a doença era nova e à medida que os casos chegavam aos centros de pesquisa é que a doença poderia se dar a conhecer melhor. Porém, conforme registra o texto, a sexualidade do indivíduo torna-se uma variável central no debate sobre a doença. E como analisado anteriormente, o grupo de risco amplia-se, mas não sem considerar o agente com base em sua sexualidade. Constrói-se no texto uma sequência de transmissão: Homossexuais > bissexuais > heterossexuais (dentre estes, prostitutas).

Nesta sequência de transmissão a doença torna-se um risco maior para a sociedade, os números como observados nos Estados Unidos já são elevados, e a doença que no início gerava dúvidas quanto ao seu potencial no Brasil passa a ser mais visível em 1985, daí também o

¹³⁵ Especialista dos Estados Unidos afirma que Aids no Brasil ataca heterossexuais. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 31, 09.05.1985, p 8.

aumento de reportagens notado quanto mais se aproxima do fim do recorte temporal da presente pesquisa em julho de 1985.

Um dos elementos da vinculação de notícias sobre a aids, como especificado por Spink¹³⁶- de acordo com a própria redação em entrevista coletada nos anos 1990 – é que a doença é um fator social que gera muitas histórias. Há o que se contar, histórias de vida que geram interesse do público leitor. É o que pode notar-se, por exemplo no acompanhamento da história de uma mulher que dá à luz e descobre a aids. O jornal faz um acompanhamento do caso em 4 publicações, notando-se um crescente nas informações dadas no texto, o que indica que houve trabalho jornalístico no caso.

Uma reportagem ganha destaque inclusive na capa do jornal, em texto com dois parágrafos na parte inferior da página na edição 86 de 03.07.1985, em que o primeiro informa sobre o caso e o segundo sobre a morte de um paciente em decorrência da aids no Hospital Pedro I, a manchete que anuncia a notícia e tenta chamar atenção de leitores é: “Mãe promíscua passa AIDS a filha lactante”¹³⁷. Este caso se enquadra no momento em que passa a se enxergar outras sexualidades nos casos da doença, mas não sem desvincular da promiscuidade. Já a reportagem de fato, disposta na página 9, sessão Cidade, está ladeada por foto e matéria sobre o caso do biofísico uruguaio Claudio Benet que estava no Brasil, mas a manchete maior e em destaque na página era do caso de aids. Esta opção de diagramação pode até tornar os temas que não são correlatos a se confundirem na página, contudo, com isso percebe-se a importância editorial dada a história, uma vez que é o principal título da página.

¹³⁶ SPINK. Mary. et al. A construção da aids-notícia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, p 851-862, jul-ago 2001, p 859.

¹³⁷ Mãe promíscua passa AIDS a filha lactante. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 86, 03.07.1985, capa.

Figura 6. Destaque dado na diagramação à publicação do caso de aids em criança



Fonte: Jornal do Brasil, nº 86, 03.07.1985.

A manchete “Rio registra primeiro caso de AIDS infantil”, traz um texto em duas colunas com informações coletadas dos serviços de saúde, em que se noticia que foi confirmado o caso de aids em uma bebê que estava em processo de adoção e se manifesta a hipótese de a doença ter sido contraída da mãe pela placenta ou durante o parto. Quando se confirmou o quadro, realizou-se pesquisa familiar na qual descobriram que a “a mãe tem uma vida promíscua, com atividade sexual intensa e diversos parceiros, alguns deles bissexuais e que o pai é viciado em drogas e faz uso de entorpecentes injetáveis”¹³⁸. Neste texto afirma-se que o nome das pacientes não foi informado pela motivação que o jornal grafa entre aspas - “ética médica”. Mas o jornal segue interessado na história e dará acompanhamento ao caso.

A segunda reportagem, no dia seguinte, indica a realização de uma pesquisa de vigilância na vida sexual da mãe, buscando os parceiros com que teve relação e buscando contatar o pai da bebê¹³⁹. A terceira, publicada na edição 92 de 09.07.1985, traz a notícia da morte da criança após quadro de pneumonia, apesar de resistir durante horas com massagem e medicamentos. Desta vez publica-se o nome da criança, Pâmela Araújo de Carvalho. A reportagem também divulga a continuidade da pesquisa epidemiológica sobre a vida sexual da mãe, que segundo o texto teve relações sexuais com 12 parceiros, “não é uma prostituta, mas uma jovem extremamente pobre, que mantinha relações com dois parceiros diferentes por

¹³⁸ THAS, Bruno. Rio registra primeiro caso de AIDS infantil. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 86, 03.07.1985, p 9.

¹³⁹ Menina com AIDS será investigada. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 87, 04.07.1985, p 13.

semana”¹⁴⁰. Ainda se afirma a importância de preservar o nome da mãe na reportagem, mesmo assim, a vida sexual investigada em um procedimento de pesquisa epidemiológica parece ser possível, ou talvez porque é justamente essa vinculação da aids com uma sexualidade ativa, então dita como promíscua, algo já frequente e uma explicação comum. Além é claro do interesse que um caso polêmico como esse pode despertar.

Na mesma matéria já se aclara que o pai não era usuário de drogas como dito anteriormente, e que não quis assumir a criança. Sobre a relação dos pais, escreve-se que: “tendo mantido (a mãe) relações sexuais com o pai do bebê durante algum tempo, embora nunca tivessem morado juntos.” Neste caso é possível observar uma cobrança moral específica, o sexo com mais de um parceiro e com quem não se mora, ou seja, diferente de uma relação matrimonial. Dentro disso se reforça o que escreve Susan Sotag: “A AIDS apresenta todas as formas de sexualidade que não a união monogâmica estável como promíscuas (e, portanto, perigosas)”¹⁴¹. Neste caso de S. uma história sobre a aids pode ser contada em um corpo de mulher de forma mais concreta, com um caso específico, se anteriormente o foco estava em homens gays, nesta sequência de reportagens a doença passa a outros corpos, mas ainda assim, relativos a promiscuidade.

3.1.4 A EXPOSIÇÃO PÚBLICA

Em sendo a aids uma doença que provoca tantos julgamentos morais, descobrir estar com a doença implica encarar a possibilidade de receber estes julgamentos. Ademais da dor deste julgamento, estava o medo de uma morte considerada como eminente, em especial quando se fala dos primeiros casos no início dos anos 1980. Rubem Alves escreve que “a doença arromba a porta, e transforma a intimidade numa sala de museu, aberta à visitação pública. E quando isto acontece, aquilo que foi vivido como paixão, se transforma em pornografia. A pornografia não está no abraço, mas nos muitos olhos que o contemplam, como espetáculo”¹⁴². Na percepção do cronista a doença transformava a vida íntima dos que com ela estavam em uma possibilidade de espetáculo.

¹⁴⁰ Pneumonia matou bebê com AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 92, 09.07.1985, p 7.

¹⁴¹ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora AIDS e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p 134.

¹⁴² ALVES, Rubem. *O retorno e Terno: crônicas*. Campinas: Papyrus, 1995

Desde que sua filha Pâmela, de sete meses, morreu há 15 dias, depois de contrair AIDS, S., de 20 anos, vive em permanente conflito: embora ainda não se tenha convencido de que sofre da doença, os médicos do IASERJ deixaram-lhe a impressão de que possui um monstro dentro de si, o qual, além de provocar a morte da filha, a afasta do convívio de outras pessoas e ameaça a própria vida.

Dividindo um pequeno quarto na Zona Oeste da cidade, que mal consegue pagar com a pensão de Cr\$ 105 mil deixada pelo pai. S. está profundamente abalada. Aparentando ser 10 anos mais velha, treme muito, expressa-se com dificuldade e é perseguida por uma dúvida: “Será que matei minha filha?” Ela nega ser prostituta, diz que trabalha como manicure e se arrepende, agora, de sempre ter buscado parceiros apenas por atração física.¹⁴³

Esta quarta publicação é uma entrevista feita pelo jornal com a mãe da criança agora identificada como S. A mãe é descrita como uma pessoa pobre e vulnerável, sem presença paterna, de vida sexual ativa, mas como se julga necessário afirmar na reportagem – não é prostituta. Ademais a mãe tem dúvidas quanto a doença, não está convencida de que está doente, e os testes seguem sendo realizados para confirmação do quadro, cabe aqui entender a novidade que é a própria doença e a dificuldade de aceitar que se está com um mal com toda a carga moral que justamente se explora neste trabalho. Na entrevista ela mesma diz que “é doença que se pega de travesti”¹⁴⁴.

No caso da AIDS, a vergonha está associada à atribuição de culpa, e ao escândalo nada tem de obscuro. Poucos exclamam “por que eu?”. Fora da África central e meridional, a maioria das pessoas que sofrem de AIDS sabe (ou pensa que sabe) de que modo contraíram a doença. Não se trata de uma doença misteriosa que escolhe suas vítimas de modo aparentemente aleatório. De fato, contrair AIDS equivale precisamente a descobrir – ao menos na maioria dos casos até agora – que se faz parte de um determinado “grupo de risco”, uma comunidade párias. A doença expõe uma identidade que poderia ter permanecido oculta dos vizinhos, colegas de trabalho, familiares e amigos.¹⁴⁵

S. já vinha tendo sua vida sexual exposta, mudava-se e tentava não chamar atenção dos vizinhos como narra o texto, não tinha clareza sobre a doença e havia acabado de perder uma filha. Em um dos trechos da entrevista ela afirma: “se não tiver nada, vou lutar contra os que

¹⁴³ S., 20 anos, carrega o mal da AIDS que matou a filha. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 104, 21.07.1985, p 21.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora AIDS e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p 97.

me difamaram e, se tiver alguma coisa, lutarei para sobreviver”¹⁴⁶. O caso acompanhado durante um mês pelo jornal em 4 textos, dando a relevância que a redação reconhecia no caso e como a história seria apelativa para seus leitores, ajuda a compreender como a doença era associada a promiscuidade enquanto uma atividade sexual ativa e não monogâmica estável, como escreveu Sotag. O vírus já não era um mal relatado sobremaneira em homossexuais, ainda que estes continuassem sendo vistos como um grupo de origem. É uma doença da promiscuidade sexual, enxergada como sua consequência.

Receber o diagnóstico de HIV/aids provocou reações diferentes, tanto aos/às portadores/as quanto aos/as que com eles/elas conviviam. O fato é que a vida dessas pessoas viu uma mudança muito grande acontecer, às vezes de forma lenta, às vezes de forma muito repentina. Algumas pessoas sequer imaginavam ser possível estar com tal doença, outras tinham quase certeza, e precisavam apenas de uma confirmação. Alguns/algumas se viram diante de um prazo de validade colocado para eles/elas, como se quase imediatamente fossem morrer: no máximo em cinco ou dez anos.¹⁴⁷

Para além da exposição sobre a vida sexual, havia uma compreensão de morte automática quando a pessoa recebia o diagnóstico. Ao que Herbert Daniel afirmou, anos mais tarde ao período desta pesquisa, que “de um momento para o outro o simples fato de dizer ‘eu estou vivo’ tornou-se um ato político”¹⁴⁸. O caminho da pessoa com aids, estava em encarar os preconceitos, ademais de como disse S. “lutar para sobreviver”, mas também afirmar-se vivo, e resistir a um “atestado de óbito prévio”.

Outros casos reportados pelo JB auxiliam na compreensão sobre a apelação moral nas publicações sobre a aids. Sendo ela uma doença sexualmente transmissível, a notícia de que duas religiosas católicas e um religioso luterano estavam com a síndrome, mesmo sendo sujeitos sem fama, ganharam repercussão no Brasil, no JB, muito distante de onde os casos foram relatados. No entanto, a própria moral sexual das instituições religiosas e a visão que a doença já recebia socialmente, ajudam a entender o porquê estes acontecimentos geram interesse do leitor e portanto, editorial.

¹⁴⁶ S., 20 anos, carrega o mal da AIDS que matou a filha. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 104, 21.07.1985, p 21

¹⁴⁷ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 251.

¹⁴⁸ GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p 311.

O primeiro caso encontrado ainda em 1983, trazia como título: “Ex-freira morreu de Aids após morar no Haiti e se dedicar às prostitutas¹⁴⁹”. Conforme o texto, ela morreu em decorrência da aids em 1981, tendo só posteriormente identificado o quadro da síndrome, e teria contraído a doença nos anos 1970 no Haiti. Ela abandonou a ordem religiosa em 1972 para dedicar-se às prostitutas, teve um contato sexual quando esteve no país caribenho e retornou ao Canadá em 1979. Importante perceber no histórico desta mulher um pouco do relato que se fazia à época sobre a história da própria doença, que teria saído dos países africanos e do Haiti para a América do Norte e Europa, o que está também grafado na publicação.

Uma segunda freira ganha publicação em 1985 com a manchete: “Transfusão mata freira por Aids”¹⁵⁰. Esta pequena nota relata um caso de São Francisco (Estados Unidos) em que se relata o contágio via transfusão sanguínea. Interessante perceber a diferença entre os dois títulos em que no primeiro a “ex-freira morreu de Aids”, no segundo a “transfusão mata freira”, no primeiro o sujeito que faz a ação é a paciente, a mulher que morreu, no segundo é o meio de transmissão da doença, a transfusão que matou.

Um outro caso, este acompanhado com textos mais longos e duas publicações, isso poucos dias antes do último caso analisado, relata o ocorrido com o Reverendo Gregory Richards, capelão em um presídio, que morreu em decorrência da aids após meses de isolamento em um hospital de Essex (Reino Unido).

Nós não temos qualquer evidência de que ele estivesse envolvido com homossexuais – disse um porta-voz da Igreja Luterana em Londres. – Sabíamos de sua doença, acompanhamos com grande pesar sua luta contra a morte, e podemos afirmar que era um homem íntegro.

Em poucas horas, contudo, o apelo das autoridades produziu resultados, e uma pessoa que se dizia chamara “Steve” telefonou para várias estações de rádio, relatando suas ligações homossexuais com o Reverendo Gregory.

- Eu o conhecia, pois frequentava um bar gay bastante famoso. Saímos juntos uma vez, mas estivemos conversando bastante tempo, e ele me contou muitas coisas do que acontecia na prisão – disse “Steve”.¹⁵¹

¹⁴⁹ Ex-freira morreu de Aids após morar no Haiti e se dedicar às prostitutas. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 162, 17.09.1983, p 8.

¹⁵⁰ Transfusão mata freira por Aids. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 310, 14.02.1985, p 6.

¹⁵¹ Religioso internado em hospital, morre de Aids em Londres. JORNAL DO BRASIL, n 297, 01.02.1985, p 13.

Assim como no caso já analisado de S. no Rio, temos mais uma vez a exposição da vida sexual da pessoa com aids. Estar com aids já vinculava a pessoa a práticas sexuais condenadas socialmente, com a exceção do contágio por transfusão e por drogas injetáveis. Mas nesses casos há uma busca pública pela vida sexual dos pacientes e neste caso, do falecido. Em específico, como se vê na publicação inclusive com repercussão em estações de rádio, o que indica o apelo da notícia. Outro elemento possível de perceber com a notícia, é a relevância encontrada primeiro pelo porta-voz da Igreja que julga necessário, diante da morte de um membro de sua instituição, defender a integridade do Reverendo e o seu não envolvimento com homossexuais; se isso ocorre é porque seu adoecimento por aids indicaria o contrário. A segunda matéria, publicada dias depois, indica que os carcereiros faziam greve pelas “condições sanitárias deficientes” o que viria da preocupação com os casos de aids, uma vez que “têm certeza que o contágio (do reverendo) ocorreu através de algum prisioneiro”¹⁵².

Contudo, dos três casos destacados aqui, observa-se a atenção dada para a forma de contágio. As publicações noticiam o ocorrido e dedicam grande parte das linhas às hipóteses de contágio. O interesse estava em identificar com quem fizeram sexo, com quantas pessoas, e com qual sexo. Evidentemente são dados relevantes para uma pesquisa epidemiológica, como já dito, mas aqui estão publicadas em uma mídia impressa de alta tiragem, um jornal.

3.1.5 A PREVENÇÃO DA INFECCÃO

A recomendação para uso de preservativo como método de prevenção ao contágio por via sexual foi publicada em março de 1985. “Fora de moda desde o advento da pílula anticoncepcional, os preservativos são o meio mais eficaz. Pelo menos no Brasil, onde não há qualquer controle sobre a doença, para evitar a disseminação da Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida, a AIDS.”¹⁵³ A recomendação foi dada em simpósio da Sociedade Médica e Cirurgia do Rio de Janeiro. Mais adiante no texto se afirma que o uso do preservativo é uma medida a mais, mas a recomendação segue na restrição da atividade sexual e na “identificação do parceiro”. A problemática continua sexual.

¹⁵² Aids provoca histeria na Inglaterra. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 314, 20.02.1985, p 9.

¹⁵³ Simpósio sobre AIDS sugere os preservativos. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 353, 31.03.1985, p 16.

Susan Sotag alerta que a própria recomendação do uso de preservativos “implica em uma atitude de reconhecimento – e, portanto de tolerância – a existência de uma variedade de comportamento sexual que não pode ser reprimida.”¹⁵⁴ Somando isto ao que indica o conteúdo da publicação, percebe-se certa dubiedade. Ao mesmo tempo que se reconhece a existência da “variedade de comportamento sexual”, com a recomendação do uso de preservativos, se mantém como principal forma de prevenção a restrição sexual, portanto, não deixando de recomendar mudanças na prática sexual. O que pode ser lido como transição na compreensão sobre a prevenção da doença, ou ainda as resistências da moral sexual presentes socialmente.

Com este ponto se percebe que o objetivo está justamente em controlar a atividade sexual, em específico as sexualidades fora de um relacionamento monogâmico e heterossexual. Esta problemática pode ser percebida quando um leitor escreve ao jornal¹⁵⁵ dizendo que “Quem sabe se a AIDS não está aí para botar um basta e livrar o ser humano da degeneração total. Há males que vem para o bem.”¹⁵⁶ Pouco tempo antes uma matéria sobre pesquisas de vacinas contra o vírus, indicavam que “O Homossexualismo é muito antigo. Não pode ser extinto. A única coisa que podemos fazer para diminuir a contaminação do AIDS é recomendar que as pessoas conheçam bem seus parceiros sexuais e usem preservativos – observou o cientista francês.”¹⁵⁷ O cientista em questão vinha do Instituto Pasteur, um dos principais centros de pesquisa do vírus, e estava no Brasil para um congresso médico. A reportagem é sobre a possibilidade do desenvolvimento de uma vacina, uma vez que se logrou isolar o vírus em laboratório.

As duas publicações, a carta e a reportagem sobre as pesquisas, evidenciam como o problema estaria vinculado a sexualidade. O próprio pesquisador denota essa compreensão, ao constatar, dentro de um texto sobre pesquisas para prevenir a doença, que a homossexualidade não pode ser “extinta”. Se a negativa é cogitada, é porque há grupos que enxergam a possibilidade da afirmativa.

¹⁵⁴ SOTAG, Susan. *Doença como metáfora AIDS e suas metáforas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2007, p 136.

¹⁵⁵ A pesquisa não conseguiu localizar nas edições do Jornal do Brasil a carta em questão. O conteúdo citado, no entanto, pode ser analisado a partir de uma resposta de outro leitor a esta primeira carta. A medida que a citação utilizada, refere-se a carta de resposta em que o leitor cita parte da carta que motivou sua resposta.

¹⁵⁶ Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 80, 27.06.85, p 10.

¹⁵⁷ Francês prevê vacina anti-AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 301, 27.06.85, p 6.

Em crônica publicada pelo JB e assinada por Caio Fernando Abreu, sobre o que o título indicava “Duas ou três coisas sobre os anos 80” o cronista escreve:

O que é que se faz quando aquilo que era possibilidade de prazer – o toque, o beijo, o mergulho no corpo alheio capaz de nos aliviar da sensação de finitude e incomunicabilidade – começa a se tornar possibilidade de horror? Quando amor vira risco de contaminação. Pouco importa se entre homens e mulheres, homens e homens ou mulheres e mulheres. Os médicos acham importante desvincular a ideia da AIDS da homossexualidade, sabia? E pouco importa também não saber ao certo de onde veio o vírus maldito. As hipóteses não atenuam o fato: a coisa existe. E mata. Pior ainda: estimula a níveis demente o preconceito contra a mais castigada das minorias. Há qualquer coisa de nazismo no ar. Qualquer coisa de fogueiras medievais para queimar os feiticeiros. Talvez consigam. Lenha é o que não falta.¹⁵⁸

Na crônica o autor apresenta algo que para ele, um homossexual nos anos 1980, era m elementos que até aquele meio de década ele deveria considerar ao escrever sobre os anos 1980. Para o cronista, a doença causava dor e morte, e também alimentou fogueiras preconceituosas contra homossexuais, ao que nota Caio Fernando Abreu, “lenha é o que não falta”.

São duas perspectivas, uma condenatória da doença e outra que a vê como algo a mais a se somar aos preconceitos contra homossexuais. Diante deste quadro, percebe-se também como indicativo de prevenção a mudança de hábitos.

[...] A primeira reação foi a de nem querer ouvir falar de AIDS, mas atualmente os homossexuais se reúnem, debatem o assunto, procuram médicos e leem tudo que sai publicado para saber como a doença se propaga, como evita-la e quais são seus sintomas.

- Esta doença está muito ligada aos homossexuais, diz o médico Cláudio Amaral, “mas o bissexual e o prostituto são elos importantes na cadeia do contágio”.

Mesmo assim, nem todos os homossexuais correm risco de contrair o mal. Só os promíscuos estão mais expostos a doença. Sabendo disse, muitos gays de classe média estão optando por um relacionamento constante com um só parceiro.

- Eu que era um Don Juan, estou casado – confessa G.

Outra prática adotada como meio preventivo é o uso de preservativos. “Fico tão mais tranquilo por usar esse método” – diz A. que continua tendo vários parceiros, mas age com mais cautela.¹⁵⁹

A reportagem acima, é uma matéria sobre ações do Grupo Triângulo Rosa, organização pelos direitos dos homossexuais do Rio, que estava promovendo ações para a prevenção a aids. No texto é possível perceber, como indica no título, mudanças nos hábitos sexuais na

¹⁵⁸ ABREU, Caio. Duas ou três coisas sobre os anos 80. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 55, 02.06.1985.

¹⁵⁹ Homossexuais do Rio mudam de hábitos devido a AIDS. JORNAL DO BRASIL, n 69, 16.06.1985, p 20.

comunidade gay. É possível perceber que há um esforço pela restrição das relações, e redução de parceiros, uma vez que uma relação sexual monogâmica seria “mais segura”; bem como há um sujeito na reportagem que se sente mais seguro com o uso de preservativos. Também é importante destacar que na reportagem se reconhece nas entrelinhas a possibilidade de casais homossexuais; a medida que um dos entrevistados afirma: “estou casado”. Evidentemente este não era um casamento civil, mas o indicativo de uma relação afetiva contínua. Esta frase no texto implica no reconhecimento da existência casais gays. Estas construções de relações fixas, no entanto, são percebidas pelo texto como uma busca por alguns homossexuais de classe média.

se os anos que precederam a emergência da aids foram marcados pela liberação sexual e uma mudança nos costumes, a doença colocada em discurso possibilitou um reavivamento destas questões, , principalmente em torno de temas como sexo, morte, promiscuidade, doença, amor e fidelidade. O sexo que se tentava muitas vezes silenciar vinha cada vez mais à roda dos assuntos, já que desde cedo foi identificado como principal forma de transmissão do vírus causador da aids, e representava preocupação constante na moral cristã.¹⁶⁰

Essa mudança nos hábitos sexuais de parte da comunidade homossexual carioca, pode ser percebida como uma forma de resistência por parte dos homossexuais, mas também como resultado da constante vinculação de sua sexualidade com a doença. As descrições constantes da vida sexual dos homens gays como um sinônimo de promiscuidade em contraponto a um ideal heterossexual e monogâmico, se conjugam a um indicativo de prevenção com a mudança destes hábitos sexuais. Fato é que todo o processo social do enfrentamento a aids, além de estigmatizar os infectados e os homossexuais em geral, também provocou mudanças em hábitos sexuais ao menos pelo que relatavam nos jornais.

Se por um lado a doença estava em descoberta e muitas pesquisas se dedicavam a ampliar o conhecimento sobre a síndrome, o agente causador, os possíveis tratamento e prevenções, por outro ela foi de imediato associada a preconceitos com relação a homossexualidade que se encontram com discursos morais. O que se percebe na construção do termo “câncer-gay”, que com um hífen une uma sexualidade a uma doença; e se ela está restrita a um grupo sexual específico, e um que vive uma sexualidade condenada por parte da sociedade, somada a um pequeno grupo que se contagia de forma inocente, como os

¹⁶⁰ NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014, p 98.

hemofílicos, a crítica parte para a atenção despendida a síndrome, com os que a consideram desnecessária; quando mulheres e crianças passam a ser diagnosticados com a doença, a condenação que permanece é quanto a promiscuidade sexual; diante de uma doença que expõem a vida privada dos pacientes se sugere como prevenção a mudança de hábitos sexuais. O que se percebe nestes artigos é, para além da publicação informativa sobre a doença, a publicação de um olhar condenatório sobre a doença e as pessoas que conviviam com ela, olhar que só foi publicado porque já existia socialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o caminho analítico da presente pesquisa foi possível estudar as publicações sobre aids no *Jornal do Brasil*, o encarando como um espaço inserido no debate público brasileiro, com o qual se pode ter uma visão acerca de como a doença se deu a conhecer ao brasileiro pela mídia impressa. Nos textos se pode perceber o discurso moralizante sobre a sexualidade e a aids, sendo a síndrome vista como um mal dos homossexuais e promíscuos, sendo que na construção da terminologia “câncer-gay” se tem um exemplo da constante vinculação dos dois elementos, a ponto de este se confundir com a própria sigla no discurso jornalístico ao nomear a doença. Com o aumento de casos para outras sexualidades, o que permanece é a associação a promiscuidade. O que foi possível perceber no caso de S., em que a promiscuidade é lida como o sexo fora do que seria uma relação matrimonial devidamente registrada por cartórios ou abençoadas por um religioso, monogâmica e heterossexual.

Percebe-se também que enquanto os casos aumentam no país, e as publicações crescem igualmente em número, como o que notou-se em 1985, discussões sobre a atenção despendida a aids são presentes, com vozes críticas e preconceituosas quanto ao assunto, como o que se pode perceber nas cartas dos leitores. No meio destas desconiderações e da pouca informação sobre como buscar ajuda, sobretudo em serviços públicos, ficam as pessoas que se descobriam com aids, e diante disso seu desafio em buscar informação e os tratamentos disponíveis à época. Ao que se percebeu o esforço de grupos gay em prestar apoio e orientação.

Contudo, o discurso que vinculou a aids às condenações específicas à homossexualidade são uma permanência no presente. Sendo até hoje uma doença estigmatizada para quem vive com ela, ou com seu agente causador, o vírus HIV. Esse processo histórico leva a que conforme identificado na pesquisa de 2019 do Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – Brasil¹⁶¹, 64,1% das pessoas entrevistadas afirmem já terem sofrido alguma forma de discriminação. Desta maneira, a pesquisa propicia o entendimento de como nos anos 1980 o conteúdo jornalístico sobre a aids esteve inserido nesse processo e estigmatização das sexualidades, em especial da homossexualidade e suas relações com a aids.

Diante da observação feita na organização das fontes, notou-se que além desta vinculação da doença com a moralidade e sexualidade, há possibilidade de ampliação dos

¹⁶¹ Índice de Estigma em relação às pessoas vivendo com HIV/AIDS – Brasil. Acesso em: 13.06.2023. Disponível em: <https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Exec_Sum_ARTE_2_web.pdf>.

estudos com o conteúdo das publicações de aids no *Jornal do Brasil*. Ampliação que pode gerar novos estudos abrangendo outros aspectos, ainda que utilizando da mesma temporalidade, ampliando ou não o corpo documental e focando em outras categorias de análise que não foram abordadas nesta pesquisa.

Quando do início da pesquisa observou-se abordagens possíveis de outras categorias de análise que contemplassem elementos como: ciência e pseudociência, pensando no acompanhamento que o jornal faz a pesquisas e os anúncios milagrosos de cura; estrangeiros, observando desde notícias que vêm do exterior mas também a própria doença; bem como ainda com relação a homossexualidade, há abordagens sobre a doação de sangue e a debate público sobre o assunto percebida em publicações no jornal; a discussão pública da doença em eventos culturais, debates públicos e música que receberam notas no jornal. Enfim, existem algumas possibilidades de ampliação da pesquisa que foram percebidas no início, porém com o tempo disponível para a pesquisa da monografia no final da graduação, não foi possível atender a a estas abordagens e conteúdos, optando por focar esforços no que foi tratado no presente texto.

FONTES

ABREU, Caio. Duas ou três coisas sobre os anos 80. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 55, 02.06.1985.

Aids provoca histeria na Inglaterra. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 314, 20.02.1985, p 9.

América aponta três vírus como suspeitos de causar “câncer-gay”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 64, 11.06.1983, p 18.

Americano diz que França descobriu o vírus da AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 15, 23.04.1984, p 9.

AMORIM, Lima de. Rio ainda ignora a doença. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 65, 12.06.1983, p 26.

Avião com AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 99, 16.04.1984, Caderno B, p 2.

Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 43, 21.05.1985, Caderno B, p 02.

Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 48, 26.05.1985, Caderno B, p 02.

Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 64, 11.06.1985, Caderno B, p 02.

Cartas dos Leitores. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 80, 27.06.85, p 10.

Especialista dos Estados Unidos afirma que Aids no Brasil ataca heterossexuais. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n° 31, 09.05.1985, p 8.

Ex-freira morreu de Aids após morar no Haiti e se dedicar às prostitutas. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 162, 17.09.1983, p 8.

Francês prevê vacina anti-AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 301, 27.06.85, p 6.

“Gays” vão a encontro mesmo sob ameaças. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 280, 14.01.1984, p 18.

Homossexuais do Rio mudam de hábitos devido a AIDS. JORNAL DO BRASIL, n 69, 16.06.1985, p 20.

Homossexuais lançam em São Paulo manual explicando doença. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 84, 01.07.1983, p 6.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 332, 10.03.1985, capa.

Mãe promíscua passa AIDS a filha lactante. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 86, 03.07.1985, capa.

Menina com AIDS será investigada. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 87, 04.07.1985, p 13.

Pneumonia matou bebê com AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 92, 09.07.1985, p 7.

Religioso internado em hospital, morre de Aids em Londres. JORNAL DO BRASIL, n 297, 01.02.1985, p 13.

S., 20 anos, carrega o mal da AIDS que matou a filha. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 104, 21.07.1985, p 21.

Sanitarista sugere criação de grupos de risco para defender Rio da AIDS. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 323, 01.03.1985, p 12.

Simpósio sobre AIDS sugere os preservativos. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 353, 31.03.1985, p 16.

SOUZA, Carlos P. Brasil já registra dois casos de “câncer-gay”. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, nº 65, 12.06.1983, p 26.

Tancredo avisa ao ministério: é proibido gastar mais em 3 meses. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 340, 18.03.1985, capa.

THAS, Bruno. Rio registra primeiro caso de AIDS infantil. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 86, 03.07.1985, p 9.

Transfusão mata freira por Aids. JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, n 310, 14.02.1985, p 6.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Ian. Redemocratização e Imprensa no Brasil Contemporâneo: a Folha de S. Paulo e o Jornal do Brasil no final do regime militar. *Caderno de Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, vol 2, dez/2019.
- ALVES, Rubem. O retorno e Terno: crônicas. Campinas: Papirus, 1995.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Edições 70, São Paulo, 2016.
- BARBOSA, João B; SOUZA, Maurini de. As primeiras notícias da AIDS no Brasil no Jornal O Estado de S. Paulo: uma análise. *Revista Dito Efeito*, Curitiba, n v. 11, n. 19, p. 71-92, jul./dez. 2020.
- BRITO, Antônio. A subversão pelo sexo. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 36, n72, p 859 – 888, set/dez 2020.
- BRASIL. Anais da VII Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 1980. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_7.pdf. Acesso em 26.03.2023.
- BRASIL. Relatório da VIII Conferência Nacional de Saúde, 1986, Brasília. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_8.pdf. Acesso em 26.03.2023.
- COSTA, Nilson. Inovação Política, Distributivismo e Crise: a política de saúde nos anos 80 e 90. *Dados Revista de Ciências Sociais*, outubro/1998.
- CRUZ, H; PEIXOTO, M. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História*. São Paulo, PUC-SP, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente*. São Paulo, Companhia das letras, 2009.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. O vírus da Aids, 20 anos depois. Disponível em: <https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>. Acesso: 05/11/2022.
- GREEN, James. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Ed Unesp.
- GREEN, James. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta. MONTALVÃO, Sergio. *Jornal do Brasil*. FGV-CPDOC. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>>. Acesso em: 18/11/2021.

FERREIRA, J. O Presidente acidental: José Sarney e a transição democrática. In. FERREIRA, J. DELGADO, L. *O tempo da nova república: da transição democrática a crise política de 2016*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERRARO, Alceu. KREIDLOW, Daniel. Analfabetismo no Brasil: configuração e gênese das desigualdades regionais. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, jul/dez de 2004.

HERZLICH, C. PIERRET, J. Uma Doença no Espaço Público: a aids em seis jornais franceses. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v 15 (suplementar), 2005.

HOCHMAN, Gilberto; FONSECA, Cristina. O que há de novo? Política de Saúde pública e previdência, 1937-1945. In. PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

MATHEUS, Letícia. BARBOSA, Marialva. O *Jornal do Brasil* e as noções de tempo histórico no fazer jornalístico. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n 35, abr/2008.

MOLINA, Fernanda. *Cuando amar era pecado: sexualidade, poder e identidade entre los sodomitas coloniales (virreinato del Perú, siglos XVI -XVII)*. La Paz, Plural Editores, 2017

LUCA, Tania. História dos, nos e pelos periódicos. In. PINSKY, C. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

LUZ, Madel. Notas sobre as políticas de saúde no Brasil de “transição democrática” – anos 80. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*. Vol. I, Número I, 1991.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NETO, Adílio. *Nós e o que falavam de nós: subjetividade e discursos jornalísticos – hiv/aids em Criciúma 1986-1996*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

RODRIGUES, Marly. *A Década de 80 Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992.

SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. *A Bailarina da Morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOTAG, Susan. *Doença como metáfora: AIDS e suas metáforas*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007.

SPINK, Mary. et al. A construção da aids-notícia. *Cad. de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, julho 2001.

VIEIRA, Ítala. A cidade no Jornal, o Jornal na cidade: um mapeamento da influência dos endereços na história do Jornal do Brasil. *Revista ALCEU*, Rio de Janeiro, v 17, n 35, 2017.